

UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE

DISSERTAÇÃO

**O AGRONEGÓCIO DA PECUÁRIA NO TRIÂNGULO MINEIRO/
ALTO PARANAÍBA: relações de poder e políticas públicas de 1990 a
2010**

LUCIANA CARVALHO E SOUZA

2013



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**O AGRONEGÓCIO DA PECUÁRIA NO TRIÂNGULO MINEIRO/
ALTO PARANAÍBA: relações de poder e políticas públicas de 1990 a
2010**

LUCIANA CARVALHO E SOUZA

Sob a Orientação do Professor Dr.

Sérgio Pereira Leite

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais**, no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

Rio de Janeiro, RJ

Setembro de 2013

338.1098151 Souza, Luciana Carvalho e

S729a

T

O agronegócio da pecuária no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba: relações de poder e políticas públicas de 1990 a 2010 / Luciana Carvalho e Souza, 2013.

104 p.

Orientador: Sérgio Pereira Leite

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais.

Bibliografia: f. 102-104.

1. Agronegócio - Teses. 2. Pecuária - Teses. 3. Políticas públicas - Teses. 4. Triângulo Mineiro - Teses. I. Leite, Sérgio Pereira. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

LUCIANA CARVALHO E SOUZA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais**, no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

Sérgio Pereira Leite. Dr. CPDA/UFRRJ
(Orientador)

João Cleps Junior. Dr. IG/UFU

Nelson Giordano Delgado. Dr. CPDA/UFRRJ

*À minha mãe, minha fonte de
força e coragem.*

AGRADECIMENTOS

Têm-se a ideia de que a pesquisa científica é feita, muitas vezes, de maneira solitária. Não foi o caso da presente dissertação, que foi elaborada por várias “mãos” que ao longo dessa caminhada me ajudaram de alguma forma, por isto agradeço em especial:

Sempre e para sempre em primeiro lugar, minha família: Mãe, Tia Vera, Tia Fátima, Tio Valdir, José Carlos, Rogério, Joelson e Flávia. Só vocês sabem o que passamos juntos para chegar até aqui. Juntos somos flecha e arco. A vocês meu respeito, minha admiração e todo meu carinho.

Aos meus amigos de longa data, que contribuíram de forma decisiva para o que eu sou hoje. Que a distância geográfica entre nós só faça aumentar o carinho e a saudade que sinto de cada um de vocês: Paula Ribeiro, Vinícius Modolo, Humberto Gonzaga, Gabriela Diniz, Camila Louise, Camilla Lacerda, Anésio Azevedo, Rinna Lima e Bruno Rosa.

À Família Campos, minha família de alma e de coração: Pedro, Vanessa, Pedrinho, Ana Eugênia, Ana Laura e João Pedro. Que Deus ilumine sempre o caminhar de vocês.

À querida amiga Beatriz Macedo, que com sua perspicácia e solicitude, teve um papel mais do que fundamental durante o trabalho de campo.

Agradeço também a oportunidade do encontro que me proporcionou conhecer pessoas incríveis que me inspiraram e me fizeram ser uma pessoa mais feliz na cidade maravilhosa: Juliana Oliveira, Pedro Campeão, Gemilson Segundo, Natália Almeida, José Renato Porto, Patrícia Silva, Patrícia Pinheiro, Michelle Ferreti, Damiana Campos, Teresa Maia, Ariane, Viviane Lança, Melquisedeque, Ines Friedman e Luís Gauí. A todos vocês meu profundo agradecimento e desejo sincero de ainda podermos nos encontrar e brindar muito nessa vida.

Aos novos, e não menos importantes amigos que a vida, sempre certamente, me trouxe: Carol, Isabel, Júnior e Verônica. Obrigada pelo precioso apoio na reta final e pela confiança.

Ao Gabriel Pereira, meu companheiro, meu amigo, meu amor. Pelo simples e lindo dom de me fazer mover e de me ajudar a enxergar um caminho quando eu mesma já não vejo saída.

Meu muito obrigado ao Professor Sérgio Pereira Leite, pelas várias indicações bibliográficas, pelas leituras sempre muito cuidadosas e pela impecável orientação que me proporcionou grande crescimento acadêmico e profissional.

Ao Cnpq, pela concessão da bolsa de mestrado, fundamental para a realização desse trabalho.

RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo geral compreender os impactos territoriais gerados pela atividade pecuária bovina de corte na mesorregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, durante o período de 1990 a 2010. A proposta foi identificar, por meio dos programas, projetos e políticas públicas agropecuárias, a forma com que o agronegócio do gado emergiu em terras mineiras, bem como analisar seus reflexos sociais, políticos e econômicos no território. A partir do estudo, foram exploradas as formas de intervenção dadas pelo Estado e por grandes instituições, como a Associação Brasileira de Criadores de Zebu (ABCZ), que propiciaram a expansão e o fortalecimento da pecuária nesta região em específico. Assim, mesmo sendo considerado por outros setores do agronegócio, como o da soja e o da cana-de-açúcar - sendo este último um dos mais significativos em termos de produção e extensão no território triangulino desde os anos 1990 - como um segmento atrasado, politicamente conservador e ambientalmente destrutivo, a pecuária bovina ainda se mantém representativa em toda mesorregião, possuindo, inclusive, um dos melhores índices de produtividade no estado de Minas Gerais. Por fim, o trabalho buscou compreender a forma com que as elites agrárias vêm se estabelecendo e se re-organizando, atendendo às novas necessidades colocadas pela economia do agronegócio sem deixar de perpetuar as relações de poder local estabelecidas historicamente.

Palavras-chave: Agronegócio. Pecuária. Políticas públicas. Triângulo Mineiro.

ABSTRACT

This research aimed to understand the territorial impacts generated by the activity in beef cattle in the mesoregion Triângulo Mineiro / Alto Paranaíba, during the period 1990-2010. The proposal was to identify through the programs, projects and agricultural policies, the way that agribusiness cattle emerged in mining lands and to analyze its impact social, political and economic into the territory. From the study, we explored the forms of assistance provided by the state and by large institutions such as the Brazilian Association of Zebu Breeders (ABCZ), which led to the expansion and strengthening of livestock in this region in particular. So even being considered by other agribusiness sectors, such as the soy and cane sugar - the latter being one of the most significant in terms of production and extension within triangulino since the 1990s - as a segment late, politically conservative and environmentally destructive, the cattle still remains representative across meso, possessing even one of the best productivity rates in the state of Minas Gerais. Finally, the study sought to understand the way the agrarian elites come settling and re-organizing, meeting the new requirements posed by agribusiness economy while perpetuating its power relations historically established site.

Keywords: Agribusiness. Livestock. Public policies. Triângulo Mineiro.

LISTAS DE ABREVIACOES

ABAG – Associação Brasileira de Agribusiness

ABCGIL – Associação Brasileira dos Criadores de Gir Leiteiro

ABCZ – Associação Brasileira dos Criadores de Zebu

AMCZ – Associação Mineira dos Criadores de Zebu

BDMG – Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais

CAI – Complexo Agroindustrial

CEPAL – Comissão Econmica para a América Latina

DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EMBRATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural

FETAEMG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IMA – Instituto Mineiro de Agropecuária

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

LCP – Liga dos Camponeses Pobres

MIRAD – Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário

MLST – Movimento de Libertação dos Sem Terra

MNP – Movimento Nacional dos Produtores

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras

PADAP – Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCI – Programa de Crédito Integrado e Incorporação dos Cerrados

PGPM – Política de Garantia de Preços Mínimos

PMDES – Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social

PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária

POLOCENTRO – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados

PRODECER – Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento do Cerrado

PROFIR – Programa de Financiamento de Equipamentos de Irrigação

PROPEC – Programa de Organização e Gestão da Pecuária Bovina em Minas Gerais

SIF – Serviço de Inspeção Federal

SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural

SRTM – Sociedade Rural do Triângulo Mineiro

STR – Sindicatos dos Trabalhadores Rurais

UDPR – União de Defesa da Propriedade Rural

UDR – União Democrática Ruralista

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO I: FORMAÇÃO TERRITORIAL DO TRIÂNGULO MINEIRO.....	20
1.1. Histórico de ocupação	21
1.2. O século XX e a retomada do movimento separatista	26
1.2.1. As transformações na agropecuária: o processo de modernização e seus impactos regionais	27
1.2.2. Os programas voltados para o cerrado e o comportamento da agropecuária no Triângulo Mineiro no tempo presente.	31
1.3. A questão agrária e a luta pela terra no Triângulo Mineiro: movimentos, ocupações e assentamentos	40
CAPÍTULO II: POLÍTICAS, PROJETOS E PROGRAMAS VOLTADOS PARA A PECUÁRIA MINEIRA DE 1990 A 2010.....	47
2.1. A origem das políticas públicas enquanto área do conhecimento e suas contribuições de análise.....	48
2.2. A perspectiva histórica neoinstitucionalista.....	51
2.3. Os programas voltados para a cadeia produtiva da pecuária bovina.....	55
2.3.1. O Programa Estadual de Apoio à Produção de Novilho Precoce	56
2.3.2. Plano Setorial da Cadeia da Carne Bovina de Minas Gerais (MinasCarne)	60
2.3.2.1. Programa de Melhoria da Qualidade Genética do Rebanho Bovino do Estado de Minas Gerais (Pró-Genética) e Programa de Organização e Gestão da Pecuária Bovina em Minas Gerais (PROPEC)	66
CAPÍTULO III: NOVAS FORMAS, VELHOS PRECEITOS: AS REPRESENTAÇÕES DE INTERESSES E AS RELAÇÕES DE PODER DO AGRONEGÓCIO DO GADO NO TRIÂNGULO MINEIRO	71
3.1. Agronegócio, território e desenvolvimento	71

3.2. As organizações patronais do Triângulo Mineiro: a Sociedade Rural do Triângulo Mineiro(SRTM) e a Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ)	75
3.3. A criação da União Democrática Ruralista (UDR) e a mobilização na região.	81
3.4. A aliança entre UDR e ABCZ.....	84
3.5. O agronegócio do gado e suas manifestações no território triangulino.....	89
3.6. Percepções de um território em disputa: a ABCZ e a elite pecuária no Triângulo Mineiro	94
CONCLUSÕES.....	100
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	102

Introdução

A modernização agrícola pela qual passou o Brasil, notadamente a partir de 1964, apresentou um viés produtivista, baseado no tripé latifúndio-monocultura-exportação, que atendeu aos interesses do capital financeiro que, por conseguinte, passou a sobrepor o capital agroindustrial, constituindo o que se convencionou chamar de agronegócio.

Vários foram os desdobramentos, liderados pelas elites agrárias nacional, até chegar a um modelo que conseguisse abarcar os anseios e as necessidades políticas e econômicas/produtivas daquela classe. Assim, em 1969, foi fundada a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) que, segundo Sônia Regina de Mendonça, tornou-se, ao longo dos anos, uma das grandes forças dirigentes dos grupos dominantes agroindustriais do país. Para a autora, durante o desenvolvimento da OCB como entidade patronal da agroindústria brasileira, houve, por meio das lideranças da organização, a recriação de uma nova noção de agricultura, tendo como base um modelo pautado na competitividade e na tecnologia, sem se limitar a atividades propriamente agrícolas. Além disto, buscava-se legitimidade política como órgão de representação de classe (MENDONÇA, 2006).

Em meio ao novo contexto provocado pela “modernização agrícola”, em 1993 é criada a Associação Brasileira de Agribusiness (ABAG), como um dos projetos estratégicos de política da OCB. Assim,

A noção de “agribusiness” organizou e instrumentalizou um poderoso complexo de operações de cunho muito mais comercial e financeiro e cuja importância não pode ser aquilatada, apenas, por seu desempenho econômico, mas, sobretudo, por sua influência política. Foi essa nova “leitura” da agricultura que se tornou avalista de um sistema produtivo amplo e intrincado, diante do qual urgia criar-se uma mega-agremiação dotada de poder político proporcional à sua importância, ainda que, segundo o discurso dos dirigentes da ABAG, nenhuma das atividades fosse desaparecer. (MENDONÇA, 2006, p.25).

Em Minas Gerais, este modelo estrutural e econômico para o campo se consolidou com a política de modernização agrícola, a partir da década de 1970, na qual se insere, dentre outros, o Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER), impulsionando as atividades do complexo agroindustrial ligado, principalmente, à produção de grãos. Neste contexto, a mesorregião Triângulo Mineiro, especificamente, deu lugar a extensas áreas de monoculturas de soja, café e, mais recentemente, de cana-de-açúcar. Este processo gerou exclusão social, concentração de terra, de renda e, principalmente, impactos sociais e ambientais (PESSÔA, 1988; CLEPS JR., 2009).

Mesmo com todas as transformações econômicas e produtivas da região de cerrado, a pecuária se manteve, e ainda se mantém, como uma das principais atividades econômicas desenvolvidas no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. O poder que a pecuária exerce regionalmente está além do fator econômico, envolvendo, principalmente, questões políticas e culturais. É exatamente por estas questões que a criação de bovinos conseguiu, ao longo do tempo, manter-se em uma região de efervescência do agronegócio nacional.

A mesorregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba possui, atualmente, grande destaque nacional no que tange a produção de grãos, cana-de-açúcar e criação de gado de corte e leiteiro. Grande parte do que é produzido no Estado é destinado ao mercado externo, sendo este um dos grandes motivos que tornam a região estratégica do ponto de vista da expansão do agronegócio brasileiro. Vários fatores levaram o Triângulo Mineiro a ocupar esta colocação, dentre eles, sua localização geográfica no centro do país; condições de ordem geomorfológica, como o relevo plano que é apto para agricultura mecanizada e para a criação de gado; e a presença e poder político da União Democrática Ruralista (UDR) na região, que contribui ainda mais para a manutenção da concentração da terra e da perpetuação de relações sociais calcadas, ainda no século 21, no patriarcalismo e coronelismo rural.

Porém, para compreender um pouco mais do processo de evolução do agronegócio regional, é necessário que se faça um apanhado sobre a questão agrária mineira e os impactos socioeconômicos que surgiram, principalmente, a partir de 1970, com a adoção de políticas específicas para a ocupação do cerrado,

que contribuíram para o avanço dos complexos agroindustriais na região e, conseqüentemente, para todo um rearranjo territorial.

Ademais, nas últimas décadas, houve um aumento dos problemas agrários e dos conflitos no campo em Minas Gerais e no Triângulo Mineiro, em particular. A partir da sistematização do Banco de Dados da Luta pela Terra, DATALUTA, é demonstrado o crescimento das ocupações de terra neste início de século. Além do próprio Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a participação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs), da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG) e de outros movimentos sociais, como o Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST), a Liga dos Camponeses Pobres (LCP) e outras organizações de luta pela terra vêm aumentando gradativamente.

Considerando a multiplicidade que envolve o termo “agronegócio”, optou-se, neste estudo, por realizar uma análise a partir do agronegócio da pecuária. Esta escolha se deu, sobretudo, pela importância socioeconômica desta atividade em Minas Gerais e, mais especificadamente, na mesorregião Triângulo Mineiro, durante todo seu período de formação territorial.

Por se localizar em uma região de “entroncamento” de rotas diversas e por possuir uma vegetação rarefeita típica do domínio de cerrado, o Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba deu suporte a uma expressiva produção de alimentos para abastecimento local e inter-regional. No caso da criação de gado, por exemplo, a presença de águas minerais em regiões como Araxá dispensava a comercialização do sal para alimentar os animais, o que era, durante o século XVI, um grande atrativo.

Este processo teve origem nas pioneiras expedições bandeirantes e jesuítas no início do século XVI, o que contribuiu significativamente para a formação de uma elite agrária, que possui grande poder político e econômico local. Mais recentemente, novos atores se inserem na região principalmente a partir de processos migratórios, atraídos e incentivados por políticas públicas voltadas diretamente para a região do cerrado.

Diante deste panorama geral, o objetivo deste trabalho consiste em analisar o processo de formação e territorialização do agronegócio a partir da década de 1990,

buscando compreender duas questões-chave que ocorrem atreladamente: a formação e transformação das elites agrárias locais e a criação de programas e políticas públicas voltados diretamente para o setor. Para tanto, a análise será feita a partir do setor pecuário bovino, favorecendo uma análise histórica, política, social e econômica mais aprofundada.

A periodização proposta pela pesquisa, que vai de 1990 a 2010, se deve, entre outros fatores, ao fato de que é neste momento que ocorre a inserção efetiva do agronegócio no Triângulo Mineiro. Ademais, é neste mesmo período que se verifica uma série de transformações nas políticas agrícolas, que passam por um processo de transição. Ou seja, é o fim de um projeto político classificado por alguns atores como “modernização conservadora”, adotado em todo território nacional durante o regime militar e o início de uma “economia do agronegócio”, vigente de meados da década de 1990 até o presente¹.

Esta pesquisa compreende que, a partir das políticas públicas voltadas para o setor agrícola implementadas durante o período de 1990 a 2010, houve a consolidação dos complexos agroindústrias e, posteriormente, do agronegócio no Triângulo Mineiro, o que contribuiu para significativas mudanças relativas à política regional, ao ordenamento territorial e aos aspectos econômicos nas relações sociais de produção.

Assim, levanta-se como hipótese a ideia de que são as mobilizações realizadas durante o período, principalmente em favor da implantação de políticas públicas e da consolidação de associações e grupos representativos do patronato rural, as responsáveis pela consolidação de uma elite agrária hegemônica mineira, que, atualmente, está altamente vinculada ao agronegócio. É importante destacar que não é desconsiderada sua existência histórica, mas parte-se do pressuposto de que é a partir das políticas públicas que se intensifica a articulação coesa e concisa daquela elite, que passa inclusive por um processo de legitimação e institucionalização.

Como procedimento metodológico utilizado na pesquisa foi realizado, em um primeiro momento, um estudo sobre as principais características do campo mineiro, a partir da análise de dados agregados sobre a luta pela terra da região, tendo como ponto de partida o processo de formação da elite agrária e a

¹ Sobre o assunto ver: Delgado (1985; 2012)

consolidação do agronegócio no Triângulo Mineiro, o que permitiu apreender os traços gerais e as especificidades regionais.

O levantamento de dados secundários foi realizado junto a órgãos governamentais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), além de dados disponibilizados pelo Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA).

A pesquisa se apoiou na interpretação dos principais episódios referentes à emergência do agronegócio do gado na região Triângulo Mineiro durante o período considerado, buscando compreendê-los no bojo das relações capitalistas de produção. Desta maneira, partiu-se de uma análise histórica regional, apresentando os principais fatores estruturantes do campo mineiro, que trouxeram para o presente suas mais significativas especificidades.

Também como procedimento metodológico foi realizado um trabalho de campo para se verificar *in loco* as transformações geradas pelo agronegócio da pecuária na região. Neste processo, foram feitas entrevistas com pecuaristas, representantes do poder público municipal, zootecnistas e estudiosos da pecuária regional, o que possibilitou, em grande parte, um diagnóstico das relações de poder econômico e político que a elite agropecuária ainda possui na região. Além disto, foram visitadas sedes de associações e sindicatos rurais locais, permitindo o acesso a grandes acervos documentais.

O conjunto de informações geradas possibilitou uma análise quantitativa e qualitativa dos dados apresentados nesta dissertação, por meio de tabelas, mapas, figuras e quadros, favorecendo uma visão espacial da evolução da pecuária e da questão agrária no Triângulo Mineiro.

A dissertação está organizada em três capítulos, além da introdução e conclusões. No primeiro capítulo, é apresentada a trajetória e o desenvolvimento histórico do Triângulo Mineiro, traçando suas transformações sociais, políticas e territoriais, desde o processo de ocupação até sua configuração atual. Neste capítulo, também se coloca em discussão e análise a evolução da luta pela terra na

região frente à expansão do agronegócio regional. É chamada a atenção para a presença histórica e cultural da pecuária do gado e como os representantes desta atividade se fizeram presentes nas tomadas de decisões políticas locais.

No segundo capítulo, são discutidos alguns programas e políticas públicas criados entre 1990 e 2010 para o setor da pecuária bovina em Minas Gerais. Para a realização desta análise, foi retomado o conceito de políticas públicas a partir da perspectiva do neoinstitucionalismo histórico.

Por fim, no terceiro e último capítulo, são tratadas as relações de interesses e a configuração institucional da elite pecuária no Triângulo Mineiro, ressaltando suas formas de organização, posicionamento e ações frente às questões que envolvem política, luta pela terra e as alternativas encontradas para a manutenção da pecuária na região, frente à expansão de outras atividades agrícolas de 1990 até hoje.

imprescindível analisar a maneira com que estes fatores estimularam e reagiram aos impulsos da integração capitalista e modernizadora.

Este capítulo está dividido em três partes: a primeira busca compreender a formação e a ocupação da mesorregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, enfatizando o processo de consolidação regional até o final do século XIX. A segunda parte trata das transformações que a região passou durante o século XX, principalmente no campo da agropecuária. Para isto, são abordados os principais programas e projetos federais e estaduais voltados para o crescimento do setor. Por fim, na terceira parte, é feita uma avaliação da estrutura fundiária regional e como se dá o processo de luta e conquista de terras por movimentos socioterritoriais, contribuindo, dessa forma, para uma visão geral e ampla das complexidades que permeiam o campo mineiro.

1.1.Histórico de ocupação

O processo de ocupação do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba possui grande relação com a decadência da economia açucareira no Nordeste durante o século XVIII. Com o declínio da atividade, houve a necessidade de se explorar novas fontes de riqueza, assim, iniciou-se o ciclo do ouro no Brasil, mais especificadamente, na região Centro-sul brasileira. O desenvolvimento da economia do ouro na região de Minas Gerais e Goiás propiciou, além de uma nova fonte de recursos, a transferência do eixo econômico brasileiro do Nordeste para o Centro-sul, o que contribuiu para uma significativa alteração na dinâmica e na estrutura territorial, política e social da região.

A região Sertão da Farinha Podre, atualmente chamada de Triângulo Mineiro, apesar de não possuir significativas jazidas, era um passadouro inevitável de mineradores que exploravam as terras goianas, mato-grossenses e mais ao centro e ao sul de Minas Gerais. Ademais, pela região estar localizada nos domínios do cerrado, cuja vegetação é caracterizada por sua rarefação, com pequenas árvores e arbustos espaçados entre si, o processo de ocupação e expansão de bandeiras foi, de certa maneira, facilitado. Segundo BRANDÃO (1989, p. 25), a região

Como ponto de entroncamento de rotas diversas deu suporte a uma expressiva prosperidade material, assentando inclusive uma incipiente agricultura mercantil de alimentos e uma importante fonte de atividade criatória de gado para o abastecimento dos tropeiros e mineradores.

Além da expansão da exploração do ouro no Centro-oeste brasileiro, outro fator que contribuiu, durante o século XVIII, para a ocupação territorial do Triângulo Mineiro foi a descoberta do diamante de aluvião em alguns rios da região, atraindo significativo contingente de mineiros oriundos da região central de Minas Gerais. Apesar do rápido declínio da atividade, em virtude da pouca expressividade do mineral, a exploração do diamante colaborou para a abertura de várias picadas e caminhos, facilitando o acesso e a circulação de bens, pessoas e mercadorias.

Em decorrência da atividade, por volta de 1730, foi traçada a primeira estrada que cortou a região: a rota Anhanguera ou caminho de Goiás, como também era chamada. O traçado viário era responsável por interligar São Paulo às minas localizadas em Goiás. Foi ao longo desta estrada que se estabeleceram as primeiras aldeias do Sertão da Farinha Podre, o mesmo local onde hoje se encontram os municípios de Uberaba, Indianópolis e Cascalho Rico.

Mesmo tendo como sua base de ocupação a expansão da mineração, já no início do século XIX, a região do Triângulo Mineiro conseguiu se dissociar economicamente de tal atividade e alçar novas experiências de integração socioeconômica, baseada principalmente na agropecuária e na estreita relação com os circuitos de produção e comercialização de São Paulo.

Assim, durante o período de decadência da mineração entre os séculos XIX e XX, houve o deslocamento de mineiros para outras áreas em que a pecuária e os entrepostos comerciais continuavam a prosperar, como era o caso do Triângulo Mineiro. Segundo destaca Guimarães (2010, p. 41) “mais do que a importância histórica da incipiente mineração em seus arredores, a maior prosperidade na ocupação ulterior do Triângulo Mineiro coube aos locais onde passaram a ser desenvolvidas atividades agropecuárias e comerciais de apoio à mineração”.

No caso da criação de gado, por exemplo, a presença de águas minerais em regiões como Araxá dispensava a comercialização do sal para alimentar os animais, o

que era, durante o século XVI, um importante fator, visto que grande parte do produto vinha do litoral, o que fazia com que seu valor fosse muito alto. Assim, as regiões em que havia condições naturais favoráveis à pecuária conseguiram manter seu dinamismo econômico.

Para Guimarães (2010, p. 42),

O desenvolvimento desta atividade só foi possível devido às características históricas da pecuária, ou seja, pela particularidade do produto, o gado, não só de crescer vegetativamente, como ter o atributo de poder ser autotransportável até o mercado. Em outras palavras, independente do traçado das estradas construídas e dos precários meios de transporte à época, o rebanho bovino podia ser tocado por trilhas improvisadas, pelas conhecidas boiadas, do seu local de reprodução e engorda até os mercados consumidores, prática comum até a primeira metade do século XX.

Portando, pode-se dizer que houve dois fatores decisivos na formação dos principais núcleos urbanos na região do Triângulo Mineiro: uma forte base agropecuária, calcada em condições naturais favoráveis, sobretudo no que se refere à criação de bovinos, e uma localização geográfica atrelada aos fluxos comerciais da época. Assim, mesmo com a crise da mineração no início do século XIX, vários municípios foram criados na região (Quadro 1).

Município	Ano de Criação	Área km²	Mesorregião	Microrregião
Araxá	1831	1165,2	Alto Paranaíba	Araxá
Uberaba	1836	4512,1	Triângulo	Uberaba
Patrocínio	1840	2866,6	Alto Paranaíba	Patrocínio
Prata	1854	4856,6	Triângulo	Uberlândia
Estrela do Sul	1856	820,3	Alto Paranaíba	Patrocínio
Patos de Minas	1866	3189	Alto Paranaíba	Patos de Minas
Monte Alegre de Minas	1870	2593,2	Triângulo	Uberlândia
Sacramento	1870	3071,5	Alto Paranaíba	Araxá
Carmo do Paranaíba	1873	1307,1	Alto Paranaíba	Patos de Minas
Araguari	1882	2730,6	Triângulo	Uberlândia
Monte Carmelo	1882	1353,7	Alto Paranaíba	Patrocínio
Frutal	1885	2429,7	Triângulo	Frutal
Uberlândia	1888	4115,8	Triângulo	Uberlândia

Quadro 1: Municípios criados na região durante o século XIX.

Fonte: Guimarães (2010) adaptado por Souza (2013).

O Arraial da Capelinha, fundado em 1808, posteriormente transformado no município de Uberaba, foi, durante muitos anos, o epicentro econômico desta região.

Um dos diferenciais que contribuiu para a ascensão econômica de Uberaba frente aos outros núcleos urbanos que se formavam na época foi a exploração de uma rota fluvial responsável por ligar os portos paulistas com o Rio Grande, localizados na divisa de São Paulo e Minas Gerais. Assim, em uma época em que os recursos de transporte eram escassos, tal rota propiciou a Uberaba vantagens comerciais significativas em relação aos outros conglomerados urbanos do Triângulo Mineiro. Ademais, com a exploração da via fluvial, houve um acréscimo das rotas terrestres de distribuição de mercadorias, elevando a capacidade de escoamento da produção.

Também durante a primeira metade do século XIX, alguns pecuaristas da região de Uberaba, impulsionados pelo desenvolvimento econômico da nova via fluvial, iniciaram expedições à Índia para a compra do gado tipo zebuíno, contribuindo, assim, para o melhoramento genético do gado da região e transformando o Triângulo Mineiro em um dos principais produtores nacionais.

A carne produzida no Triângulo encontrava, nesse período, um grande mercado consumidor no oeste paulista, que, já em 1860, era tomado pela economia cafeeira que inaugurava sua fase de expansão capitalista, com a contratação de assalariados originários, em grande parte, das imigrações europeias. Este intercâmbio comercial foi facilitado pelo desenvolvimento tecnológico dos meios de transporte e comunicação iniciados durante a Revolução Industrial, abrindo novas áreas de articulação inter-regional.

Tal confluência de acontecimentos fez emergir, por volta de 1857, os primeiros movimentos separatistas no Triângulo Mineiro, liderado por alguns grandes coronéis pecuaristas da região. Aqui, uma questão histórica que merece destaque é que nem sempre a região do Triângulo Mineiro fez parte do Estado de Minas Gerais. Inicialmente pertencente a São Paulo, em 1744, o Sertão da Farinha Podre passou a ser constituinte da Capitania de Goiás e, somente a partir de 1836, a região foi anexada a Minas Gerais. Brandão (1989) destaca que, mesmo com a emancipação de São Paulo, o Triângulo Mineiro ainda carrega grande articulação cultural e econômica com o Estado paulista, trazendo, assim, certa ambiguidade do seu estigma de fazer parte oficialmente de Minas Gerais.

Durante o século XIX, várias famílias começaram a se instalar na região, adquirindo terras com novas concessões de sesmarias, aumentando o crescimento populacional e propiciando o surgimento de novos municípios. Já neste período, a terra era considerada grande fonte de riqueza para as primeiras famílias que ali habitavam. Devido à imprecisão das demarcações e legalização dos lotes, era comum a venda ou troca do excedente de terras. Desta maneira, pode-se dizer que a ocupação do Triângulo Mineiro, assim como ocorreu em grande parte do território brasileiro, foi marcada pela posse de grandes extensões de terra, que eram doadas a uma minoria privilegiada.

No final do século XIX, com a consolidação da expansão geográfica do capitalismo no Brasil, houve uma maior integração dos mercados regionais, tendo São Paulo como núcleo da acumulação de capital do país. Assim, o Triângulo Mineiro, historicamente marcado por ser um ponto de passagem, passa a fazer parte de uma rede de intersecção de mercadorias.

Para tanto, um dos fatores cruciais para que a região desse um salto no que tange a expansão do comércio foi a extensão da Estrada de Ferro Mogiana até o Triângulo Mineiro, na última década do século XIX. Neste momento, o Triângulo assume, de maneira estável, seu papel de entreposto comercial e amplia sua rede no comércio inter-regional.

A estrada de Ferro Mogiana foi inaugurada no ano de 1872, no município de São Paulo e estendida, em 1883, até o município de Ribeirão Preto. A mesma penetra Minas Gerais seis anos depois, sendo Uberaba a primeira cidade cortada pelos seus trilhos. Em 1895, chega a Uberlândia e, 1896, em Araguari.

Assim, as trocas comerciais realizadas no Triângulo Mineiro aumentaram significativamente, em especial, com o Centro-Oeste - que até então se encontrava com grandes dificuldades de escoamento e de vias de transporte para seus produtos - e o Estado de São Paulo, um dos principais mercados consumidores da época, em virtude do aumento populacional ocorrido no início do século XX, com a chegada dos imigrantes europeus. Portando, pode-se dizer que a demanda paulistana por alimentos foi, em boa parte, realizada pelo Triângulo Mineiro, seja exportando seus próprios bens, seja comprando produtos do Centro-Oeste e revendendo para São Paulo.

1.2. O século XX e a retomada do movimento separatista

No início do século XX, a movimentação separatista é retomada. Em 1906, a burguesia uberabense se une aos pecuaristas da região e, juntos, organizam um levante separatista de cunho reivindicatório. Segundo os apoiadores do movimento, a região do Triângulo Mineiro encontrava-se marginalizada pelo Estado de Minas Gerais. Assim, dentre as pautas de reivindicação, destacavam-se melhores investimentos em infraestrutura, construção de pontes e rodovias para uma inserção mais ativa do Triângulo nas rotas comerciais nacionais, além de isenções de impostos.

Por sua base ser formada essencialmente por grandes proprietários de terras, o movimento ganhou repercussão e as reivindicações foram rapidamente atendidas. Uberaba foi o município mais favorecido diretamente durante as negociações. Assim, dentre os benefícios alcançados, pode-se ressaltar: indicação de dois representantes de Uberaba para compor a Câmara Federal; criação de uma agência bancária no município; construção do ramal ferroviário Araxá-Uberaba; criação de escolas e, posteriormente, a edificação da Ponte Afonso Pena, ligando o Triângulo Mineiro à Goiás e a construção da Companhia Mineira de Autoviação Intermunicipal, inserindo novos municípios à economia nacional. Pêssoa, destaca que

Nessa “marcha de progresso”, as bases políticas do Triângulo Mineiro desempenharam um importante papel para inseri-lo no contexto econômico nacional. Assim, a construção da Ponte Afonso Pena, no rio Paranaíba (divisa de Minas Gerais e Goiás), em 1909, ligando o sul goiano diretamente ao Triângulo Mineiro e a construção da rede rodoviária, através da Companhia Mineira de Autoviação Intermunicipal, em 1912, marcaram uma nova etapa nos transportes da região. (PÊSSOA, 1997, p. 18).

Uberlândia, até o início do século XX, pertencia ao território de Uberaba. Com sua emancipação, no ano de 1888, passou a desenvolver atividades econômicas ligadas ao segundo setor, principalmente para abastecimento regional, como fábricas de cerveja, sapatarias, fábricas de cigarro, indústrias de materiais de construção e de materiais agropastoris. Não apenas Uberlândia, mas vários outros municípios da região experimentam, no mesmo período, certa emancipação econômica. Assim, em 1935, a história separatista se repetiu, porém, desta vez, mesmo partindo inicialmente de

Uberaba, municípios como Araguari, Uberlândia, Araxá e Ituiutaba aderiram ao movimento.

Neste momento, as conquistas e os benefícios alcançados pelo movimento abarcaram de forma mais ampla o território triangulino, o que propiciou a alguns municípios, como foi o caso de Uberlândia, por meio de construção de novas rotas de passagens, uma ampliação dos seus domínios políticos e econômicos, aumentando, conseqüentemente, seu poder de influência regional e estadual.

Por intermédio da análise de todo período inicial de formação e de desenvolvimento regional do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, nota-se a formação de uma elite agrária pecuarista bem articulada e que conseguiu, mesmo atravessando crises como a da mineração, fortificar seu espaço de atuação tanto politicamente quanto territorialmente.

Diante disso, favorecido pela sua localização estratégica no centro das rotas mercantis, pela grande disponibilidade de terras e recursos naturais favoráveis à agropecuária e, principalmente, pela atuação de uma elite agrária essencialmente pecuarista, o Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba conseguiu, já na primeira metade do século XX, inserir-se definitivamente na economia nacional, que, mesmo com uma diversificação econômica gerada em virtude de todo seu processo de crescimento, tem em sua base atividades relacionadas à agropecuária.

1.2.1. As transformações na agropecuária: o processo de modernização e seus impactos regionais

Durante a primeira metade do século XX, o Brasil experimenta mudanças substanciais no seu modelo de produção e de organização das atividades agropecuárias. Tais transformações geraram significativos impactos no ordenamento territorial no Triângulo Mineiro, que já ocupava um lugar de destaque no que se refere à produtividade agropecuária nacional. Dentre as transformações ocorridas pela implantação desse novo modelo no campo brasileiro, têm-se o aumento da força de trabalho, por meio das migrações, e a ampliação do sistema e das vias de transporte.

O programa “Marcha para o Oeste”, criado na primeira fase do governo Vargas (1930-1945), reflete o estímulo dado em âmbito federal para o “desenvolvimento” e para a ampliação das áreas de produção agropecuárias no Brasil. Tendo como um dos seus objetivos específicos o estímulo à ocupação do Centro-Oeste brasileiro, o programa acabou abarcando, mesmo que indiretamente, o Triângulo Mineiro, visto que, para atingir as metas propostas, era necessária a ampliação das redes de transportes e de infraestrutura da região, propiciando, assim, uma melhor e mais ampla integração inter-regional.

O alargamento das redes de transporte e comunicação prosseguiu nas décadas seguintes e durante o governo de Juscelino Kubitschek, com o Plano de Metas e, mais especificadamente, com a criação de Brasília, na década de 1960, respaldando definitivamente a interiorização da infraestrutura estatal e econômica brasileira, fez com que o Triângulo ganhasse importância em nível geoestratégico, fortalecesse um dos principais entroncamentos rodoviários do país e, sobretudo, fomentasse a indústria e o comércio regional.

Durante a década de 1970, além de assistir os impactos das mudanças geradas na década anterior, profundas transformações ocorreram na economia e na sociedade do Triângulo Mineiro. Da crise do petróleo ao milagre econômico ao qual atravessou o Estado brasileiro, a região do cerrado passou a ser alvo de grandes projetos de incorporação produtiva agropecuária, chegando a ser inserida durante a implementação do I e II Plano Nacional de Desenvolvimento, entre os anos de 1972 a 1979. Neste mesmo período, foi proposto o Primeiro Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico Social, que tinha como objetivo alavancar o processo de modernização agrícola e difundir unidades industriais pelo Estado, contemplando áreas de menor crescimento econômico.

Assim, o período que vai de 1970 a meados da década de 1990 foi, para a mesorregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, um momento de grande injeção de capital para as atividades agrícolas e, conseqüentemente, aumento dos níveis de produtividade, sendo os setores voltados para a exportação, um dos mais privilegiados.

Junto com o processo da modernização da agricultura², houve um reordenamento territorial dos centros urbanos regionais, que passam a receber um enorme contingente populacional. Tais transformações contribuíram para o crescimento de várias cidades. Já naquelas que não conseguiram acompanhar tamanho processo, o crescimento foi comprometido, como destaca Salim (1986, p. 299),

É preciso asseverar que a “modernização” não se generalizou de forma uniforme e contínua na região em questão. Ao contrário, se fez presente apenas em algumas localidades onde as condições se mostraram mais propícias à adoção e à difusão de novas tecnologias, ou seja, nas áreas mais desenvolvidas e/ou com certa experiência na exploração agrícola, mesmo nestas áreas, o processo não foi homogêneo [...].

Os novos arranjos desencadeados pela a incorporação de técnicas de produção avançadas também tiveram reflexos nas relações de capital, terra e trabalho e, conseqüentemente, na dinâmica dos centros urbanos locais, que passaram a receber grande contingente populacional. Pequenos produtores, que não conseguiram acompanhar o aumento de escala produtiva adotada durante a década de 1970, sofreram juntamente com o trabalhador rural, que viu sua força de trabalho, antes permanente, ser substituída por máquinas ou por trabalho temporário, sendo, assim, expulsos do campo e desencadeando um intenso êxodo rural.

A modernização alavancada pela Revolução Verde, que teve como eixo a internacionalização tanto da pesquisa quanto da cadeia produtiva agrícola, tornou-se vanguarda no processo de modernização da agricultura, configurando-se como mais um elemento no que tange a dependência dos países periféricos em relação aos países desenvolvidos e às corporações trans e multinacionais que dominavam o processo (Brum, 1988).

Toda essa mudança de padrões encontrou no campo mineiro uma série de fatores naturais favoráveis a sua solidificação, como a questão geomorfológica, composta por

² Considera-se, neste trabalho, a noção de modernização agrícola conservadora apresentada por Delgado (1985) como sendo aquela resultante das transformações estratégicas do capital financeiro na agricultura brasileira, durante meados da década de 1970. Tal modernização foi responsável pelo estreitamento das relações entre indústria e agricultura, mediadas pelo crédito rural subsidiado e pela valorização da propriedade fundiária.

paisagens típicas de cerrado e uma baixa rugosidade espacial. Segundo destaca Elias (2007, p. 52),

[...] o espaço agrícola mostrou-se com menos rugosidades, e com flexibilidade muito superior à apresentada pelas cidades; tornou-se assim um lócus preferencial de introdução dos capitais industriais, e financeiros associados ao agronegócio. Tudo isso levou a multiplicação dos espaços da produção e das trocas agropecuárias e agroindustriais globalizadas e induziu os espaços agrícolas a inúmeras transformações. Isso se deve, em parte, ao fato de possuírem pequena quantidade de pedaços de tempo materializados, o que permite imediata difusão do capital novo e possibilidade de responder mais rapidamente aos interesses das empresas hegemônicas dos setores agropecuário e agroindustrial.

Com o emprego do novo pacote tecnológico, novas áreas são ocupadas pela agropecuária. O rompimento com um modelo de produção tradicional colaborou para uma diferenciação na forma de uso e ocupação do solo na região. Antes, para a prática agrícola se priorizava regiões localizadas nos vales fluviais em que o solo é mais fértil, enquanto que a pecuária era praticada de forma extensiva, utilizando pastos naturais das extensas chapadas sedimentares. Com a modernização agrícola, as áreas de vale são desvalorizadas em relação às áreas mais planas e com menor declividade, destinadas a agricultura mecanizada.

Na Tabela 1 é possível compreender de forma mais clara a evolução do uso da terra no Triângulo, no período de 1970 a 2006:

Tabela 1: Uso da Terra Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba – área total em ha

ANO	Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba				
	Lavoura		Pastagem		Terras em descanso e produtivas não utilizadas
	Temporária	Permanente	Natural	Plantada	
1970	610.944	32.847	5.234.351	826.695	295.501
1975	794.161	50.084	5.226.177	1.179.742	255.265
1980	785.514	132.777	3.573.454	2.347.874	131.938
1985	963.967	137.026	2.754.625	2.000.222	73.508
1995/96	852.686	190.821	1.709.330	3.549.129	154.975
2006	916.574	140.007	1.142.597	2.430.929	154.847

Fonte: IBGE. Censos Agropecuários – MG. 1970 –1975 –1980 –1985 – 1995/1996 – 2006.

Como pode ser observado, houve um aumento gradativo tanto das áreas de lavoura quanto das áreas de pastagem. Grande parte deste aumento pode ser explicada pela aplicação de projetos direcionados especificamente para as áreas de cerrado durante o período. Assim, dentre os produtos responsáveis pela expansão da área de lavoura, destacam-se o café e a soja, com uma produção voltada principalmente para atender o mercado externo, e a cana-de-açúcar, já na década de 1990. É importante ressaltar que tais culturas fizeram parte de uma política do Estado brasileiro para modernizar e expandir o crescimento agrícola do cerrado.

Em relação às áreas em descanso e produtivas não utilizadas, de modo geral, os mesmos tiveram uma redução bastante acentuada, o que pode ser explicado pelo aumento de investimentos de insumos e mecanização em terras até então não produtivas.

O aumento nas áreas de pastagem plantada demonstra a grande participação da pecuária na ocupação das terras do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba durante as décadas de 1970 e 1990. Neste período, também se desenvolveu na região a pecuária de elite, marcada pela presença intensa de tecnologia e de melhoramento genético no rebanho bovino em geral, ou seja, tanto para o gado de corte quanto para o gado de leite. Uberaba foi um dos municípios que se despontou como polo deste modelo de produção/criação.

1.2.2. Os programas voltados para o cerrado e o comportamento da agropecuária no Triângulo Mineiro no tempo presente

Para que o Triângulo Mineiro fosse capaz de conquistar altos níveis de produção foram necessários vultosos recursos e mobilização de capital. Isto se dá, principalmente, por conta do solo do cerrado ser considerado ácido para a produção de alguns tipos de cultura. Grande parte dos investimentos utilizados para a “modernização agrícola do cerrado” teve origem no Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), criado no ano de 1965. Segundo Pêsoa (1997, p. 31),

O crédito rural, atuando através de suas três linhas de ação: custeio, investimento e comercialização da produção, incentivou o processo de modernização da agricultura, conforme já abordado ao se analisar a atuação dos programas governamentais no cerrado mineiro. Foi um processo seletivo e beneficiou apenas uma minoria no processo de desenvolvimento da agricultura.

Assim, a partir da década de 1960, tornaram-se mais explícitos os esforços do governo mineiro em tornar o Triângulo Mineiro um alvo da expansão do capital agroindustrial, que, neste caso, se materializa alicerçado na reinserção da histórica vocação agropecuária da região.

Além do SNCR, em 1963, é criado o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), que visava o desenvolvimento industrial do Estado e tinha como meta a criação de Cidades Industriais em várias regiões mineiras, dentre elas, encontrava-se o município de Uberlândia. Tal processo de estímulos ao desenvolvimento industrial propiciou à região do Triângulo Mineiro condições favoráveis ao desenvolvimento de indústrias ligadas à agropecuária, já que as atividades relacionadas a este setor formavam a base da economia local. Para Guimarães (2010, p. 194-195),

O Triângulo Mineiro apresentou dois pré-requisitos que lhe facultaram o “status” de região apta a receber impulsos econômicos, oriundos do referido processo histórico de desconcentração industrial e integração econômica inter-regional. O primeiro refere-se às suas condições naturais, como topografia plana e favorável à mecanização da agricultura, recursos hídricos abundantes, reservas minerais, clima sem grandes oscilações, terras férteis, além de situar-se nas proximidades do centro econômico brasileiro. [...] O segundo pré-requisito está relacionado com as condições construídas, como transportes, comunicações, energia, acumulação interna de capitais e infraestrutura urbana de caráter polarizador.

Já no final da década de 1960 e início da década de 1970, foram efetivados os esforços nacionais à expansão das exportações, tendo como eixo central a transformação da agropecuária tradicional em uma atividade voltada essencialmente para o mercado internacional. Com este propósito, o Governo Federal criou um programa chamado “Corredores de Exportação”, que tinha como objetivo a criação de eixos de transporte, tanto rodoviários quanto ferroviários, que interligassem a produção do interior do país aos portos de Santos, Paranaguá, Rio Grande e Vitória. Por ter uma produção representativa e uma localização estratégica, o Triângulo Mineiro foi inserido como uma das principais rotas de conexão contempladas pelo programa, tendo um dos seus principais destinos o porto de Santos.

Seguindo uma orientação nacional, entre os anos de 1972 e 1976, o governo mineiro cria o Primeiro Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social (PMDES) que, como indica Guimarães (2010, p. 202) “propunha a dinamização da “vocação agrícola” do Estado, em uma versão moderna, que incorporasse a competitividade internacional e a agroindustrialização”.

O PMDES tinha como áreas de abrangência as regiões da Zona da Mata, o Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, o Alto São Francisco e o Vale do Rio Doce. Porém, ao longo de sua implementação, devido a uma necessidade de redução de gastos do projeto inicial, apenas a região Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, acrescida de alguns municípios, foi efetivamente beneficiada pelo programa. A escolha pela região em detrimento das outras foi justificada pelos órgãos responsáveis por ser a área de maior potencialidade no que diz respeito a retornos econômicos de curto prazo. Porém vale destacar que

Deve ser acrescentada a decisiva influência política que, neste período, independente de constituir o principal elemento, foi fundamental para a elucidação das vantagens, agilização dos projetos e sustentação das demandas. Neste sentido, quando a viabilidade econômica não atendia a todos os pré-requisitos da acumulação de capital, atuava a sustentação política do setor público. (GUIMARÃES, 2010, p. 203).

Como observado, a participação do Estado brasileiro para a implantação do novo modelo agrícola foi bastante significativa. Para efetivar a viabilidade da modernização da agricultura foi lançado mão, além de recursos e empréstimos, todo um aparato técnico. Em 1972, foi criada a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e, em 1974, a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater). Também em todos os Estados brasileiros, exceto em São Paulo, foram criadas, no mesmo período, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater).

Ao fazer um comparativo entre os censos agropecuários de 1960, antes dos projetos e programas direcionados ao desenvolvimento agropecuário do Triângulo Mineiro, e de 1975, ano em que já se percebia os reflexos do processo de modernização, pode-se observar o aumento significativo do rebanho bovino regional, bem como a mudança dos polos de concentração da criação de gado, o que demonstra a abertura e a inserção de novas áreas de produção (Tabelas 2 e 3).

Tabela 2: Principais municípios na criação de gado no Triângulo Mineiro em 1960

Classificação	Município	Rebanho Bovino TOTAL
1º	Tupaciguara	191.956
2º	Patos de Minas	148.672
3º	Ituiutaba	129.940
4º	Prata	123.695
5º	Campina Verde	116.262
6º	Araguari	113.975
7º	Uberaba	78.465
8º	Uberlândia	73.160
9º	Iturama	67.928
10º	Ibiá	65.943

Fonte: IBGE (1960). Censo Agropecuário.

Tabela 3: Principais municípios na criação de gado no Triângulo Mineiro em 1975

Classificação	Município	Rebanho Bovino TOTAL
1º	Iturama	310.727
2º	Santa Vitória	218.332
3º	Prata	202.359
4º	Uberaba	186.632
5º	Patos de Minas	169.925
6º	Araguari	156.325
7º	Campina Verde	154.974
8º	Uberlândia	132.153
9º	Ituiutaba	128.942
10º	Itapagipe	123.515

Fonte: IBGE (1975). Censo Agropecuário.

No caso da pecuária em específico, o melhoramento genético e a adição de novas áreas de pastagem foram os principais pontos recorrentes do processo de modernização. Ademais, a adição de novas áreas contribuiu para a formação de novos municípios e, conseqüentemente, na ampliação da rede de influência dos grandes criadores.

Outros fatores também colaboraram de forma decisiva para a expansão das áreas de criação de gado de corte e leiteiro na região do Triângulo Mineiro, durante a década de 1970. Pêssoa (1988, p. 162) destaca que

A instabilidade da política agrícola, a oportunidade de se obter um ganho mensal (porque com a lavoura é apenas na época de comercialização), o mercado favorável para novas culturas, a frustração de safras devido aos períodos de estiagem prolongada, são alguns dos fatores que têm levado os *colonos* a diversificarem a atividade, introduzindo a criação de gado leiteiro e de corte.

Desta forma, pode-se dizer que o interesse e o esforço do Estado brasileiro e do governo estadual de Minas Gerais em tornar a área de cerrado uma das principais regiões de produção agrícola do país data cerca de 40 anos. Estudos, a exemplo dos realizados por Pêssoa (1988), Salim (1986), Brandão (1989) e Cleps Junior (2009), sobre as consequências do processo de modernização da agricultura, apontam o cerrado como uma das regiões que mais sofreram impactos de ordem social e, principalmente, econômica, por conta da implantação de programas e políticas públicas voltados, essencialmente, para a reprodução do capital monopolista no campo. Segundo Pêssoa (1988, p. 7),

A meta de tais programas é a expansão da fronteira agrícola para promover o desenvolvimento e a modernização das atividades agropecuárias. A busca desses objetivos tem aumentado a produção de grãos para a exportação, beneficiando as grandes empresas agropecuárias e agroindustriais, como parte de um modelo de desenvolvimento orientado pelo capital monopolista.

É importante ressaltar que os programas e políticas públicas adotados a partir da década de 1970 apresentaram um caráter altamente excludente, pois beneficiaram apenas agricultores que atendiam às exigências para o acesso ao crédito e à tecnologia. Além disso, a incorporação de capital nas terras do cerrado deu suporte para o aumento da produção em alta escala, em regiões que ainda não estavam sendo destinadas para a agropecuária devido à baixa fertilidade dos solos, o que demandava grandes investimentos. Neste caso, as decisões tomadas em relação à expansão das áreas produtivas do Triângulo Mineiro ocorreram no sentido de beneficiar um grupo em detrimento de outro, visto que grande parte dos pequenos agricultores brasileiros pode ser considerada “descapitalizada”. Assim, as políticas públicas agrícolas ao longo da história se caracterizam pela inserção na lógica de produção capitalista, onde há a sobreposição do poder de grupos formados por grandes proprietários, indústrias de

insumos e tratores multinacionais, que se fixaram em várias partes do território nacional, em detrimento dos grupos descapitalizados. Em sua dissertação intitulada “Triângulo: Capital Comercial, Geopolítica e Agroindústria”, Brandão (1989) aponta as peculiaridades históricas, culturais, econômicas, políticas e sociais do Triângulo Mineiro, indagando-se como esta mesorregião se adaptou aos impulsos da integração e da dinâmica capitalista. Em sua análise, o autor afirma que

O Triângulo foi, sem dúvida, uma das regiões brasileiras onde a extensão e a intensidade das transformações do campo se deram em maior sintonia com as orientações do “novo padrão agrícola”. Participando de uma posição privilegiada de reorientação geográfica da produção, pôde assimilar rápida e plenamente as “formas industriais de produzir na agricultura”, expandindo a dimensão de sua capacidade produtiva e mudando substancialmente a equação de sua pauta produtiva. (BRANDÃO, 1989, p. 149).

Além dos fatores mencionados por Brandão, questões de ordem física, como tipo de solos, relevo e geomorfologia, também foram decisivas para a ocupação agrícola do cerrado. A topografia plana adequada para a mecanização aliada à acidez do solo estimularam tanto a indústria de fertilizante quanto a de maquinários.

Para Salim (1986), a expansão da fronteira agrícola em direção às áreas de cerrado se deu a partir do esgotamento das terras no Centro-sul. Dentre as características que enfatizaram este processo expansionista, destaca-se a incorporação da variante modernizadora, precedida por uma série de medidas governamentais, dentre elas a política de crédito, que apontava para uma atuação no sentido de reduzir os custos dos fatores de produção. Todavia, tais medidas geraram problemas de ordem econômica e social, como o aumento do desemprego estrutural no campo, endividamento, concentração de financiamentos e do preço da terra e especulação fundiária.

A estratégia do Estado - ainda liderado pelas elites dominantes do setor agrário - para aumentar a produção agropecuária mediante renovações de cunho tecnológico sem alterar a estrutura agrária e fundiária, atenuou o processo de capitalização do campo. Portanto, pode-se dizer que a essência da problemática da esfera rural-agrícola no caso brasileiro está marcada por uma conflitualidade interna ao setor, pautado em uma raiz latifundiária de base exportadora com uma agricultura de subsistência minifundiária que fica à margem de todo processo de modernização.

Entre as décadas de 1970 e 1980, foi criada uma série de programas dirigidos diretamente para a área de cerrado. Entre eles, destacam-se: Programa de Crédito Integrado e Incorporação dos Cerrados (PCI), criado em 1972 pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), priorizava a ampliação da produção exportável de grãos, tendo a tecnologia e a incorporação de vastas quantidades de terras como fatores decisivos durante todo processo; Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba (PADAP), implementado em 1973 e desenvolvido paralelamente ao PCI, sendo um dos primeiros programas responsáveis pela exploração intensiva do cerrado, tinha como objetivo a ocupação do cerrado por meio da criação de núcleos de colonização; Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO), criado em 1975, com o objetivo de ocupação e ordenamento dos cerrados, tinha como carro-chefe o orçamento destinado ao crédito rural, responsável por cerca de 70% de todas as aplicações; Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER), resultado de um acordo de cooperação entre o governo brasileiro e japonês em 1976, que tinha como objetivo a criação de grandes unidades agrícolas com sólido suporte empresarial, ao lado de fazendas de médio e pequeno porte fundamentadas no sistema de operação cooperativista e com o emprego de tecnologias avançadas como condição necessária e Programa de Financiamento de Equipamentos de Irrigação (PROFIR), implementado em 1982, visava incrementar a produção de grãos por meio de financiamentos de equipamentos de irrigação (PÊSSOA, 1988; SALIM, 1986).

A política de crédito dos programas mencionados estimulou a transformação das terras do cerrado em mercadoria, principalmente porque atuavam no sentido de reduzir os custos dos fatores de produção, aumentando concomitantemente o desemprego estrutural no campo, a concentração de financiamentos e a especulação. Ademais, fica clara a participação do Estado como financiador dos projetos que possuem como “público alvo” um número reduzido de produtores, sendo composto por médios e grandes proprietários em sua maioria, afirmando, mais uma vez, o caráter excludente da “moderna” agricultura brasileira (Quadro 2).

Programa	Área (em ha)	Público alvo	Recursos (US\$)	Proce- dência
PADAP	60 mil	Colonos associados na CAC	200 milhões	Governo Estadual
POLOCENTRO	3,7 milhões	Médios e grandes proprietários	868 milhões	Governo Federal
PRODECER	350 mil	Médios proprietários	570 milhões	Governo Federal

Quadro 2: Programas selecionados, público alvo, recursos e procedência do financiamento
Fonte: Pires(2000).

Levando em consideração o contexto histórico, os programas implementados durante a década de 1970 buscavam uma articulação do setor agrícola e industrial. Todavia, durante este processo de articulação, ocorrem também mudanças sociais, econômicas e territoriais em que alguns atores impõem seus interesses sobre outros, principalmente por meio de instituições que são criadas neste período, dando, desta forma, maior poder de decisão e de articulação para a elite agrária nacional. Os criadores de gado, por exemplo, criam uma entidade para defesa de seus interesses. Em 1967, é fundada, no município de Uberaba, a Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ), que ainda hoje é responsável pela representação da classe pecuarista em todo Brasil.

Já a partir de 1990, mudanças de ordem político-ideológicas reconfiguram a forma de ação do Estado frente ao desenho das políticas públicas com caráter intervencionista. Neste momento, percebe-se uma continuidade na ação estatal em favor dos grupos dominantes, fortalecidos pelo processo de institucionalização iniciado nas décadas anteriores. É nítido o viés pró-mercado cristalizados pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e créditos concedidos a partir de exigências fiduciárias.

No ano 2000, com a consolidação definitiva do setor agropecuário na região, principalmente no que se refere à produção de cana-de-açúcar, o Triângulo Mineiro se

torna o maior produtor de Minas Gerais³ e segundo maior produtor brasileiro depois do Estado de São Paulo. Estudos mostram que a expansão canavieira na região vem substituindo áreas de plantio de soja, milho, laranja e mandioca, além das áreas de criação de gado.

Pasto	Soja	Milho	Laranja	Café	Áreas Novas	Outras	Total
423.120	110.447	32.211	30.796	2.705	15.546	38.897	653.722

Quadro 3: Estimativa das áreas das lavouras substituídas pela expansão da cana de açúcar (hectares)

Fonte: CONAB/ Safra 2007/08 (2008) apud Cleps Jr. (2009, p. 251).

A expansão da cana se dá principalmente em áreas anteriormente destinadas à pecuária leiteira. Para Ortega (2012), isto não tem levado necessariamente ao desaparecimento do gado na região do Triângulo Mineiro, mas, sim, permite a reflexão de três questões pontuais: a intensificação no processo produtivo da criação de bovinos, a mudança no perfil dos pecuaristas e a concentração de terras por meio da cana.

Além disto, é importante ressaltar os impactos gerados pela expansão da cana nas áreas de agricultura familiar e camponesa⁴. Em seus estudos, Cleps Jr. (2009) aponta para a ameaça provocada pelo crescimento no número de arrendamentos e terceirizações realizadas por empresas ligadas ao setor sucroalcooleiro.

A terceirização dos plantios é um processo que pode contribuir para a intensificação da concentração das terras nas mãos dos grandes latifundiários. No Brasil, há muitos exemplos de fazendeiros anteriormente dedicados à agropecuária que se tornaram canavieiros ou venderam suas terras para grandes produtores de cana, contribuindo para a ampliação da concentração fundiária, e desencadeando um novo processo de expulsão de moradores

³ Segundo dados do Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool de Minas Gerais, a região do Triângulo Mineiro concentra, atualmente, 68% da produção de cana-de-açúcar, 79% da de açúcar e 61% do álcool produzido no Estado.

⁴ Aqui se entende como agricultura familiar e camponesa a noção adotada em estudos feitos por Chayanov (1974) em que a família se constitui como a unidade econômica de produção, manifestada por meio de práticas relacionadas à autonomia, resistência, controle de segmentos do processo produtivo e relações sociais diversas.

associado, também, ao fim dos acordos de arrendamento. (CLEPS JR., 2009, p. 255).

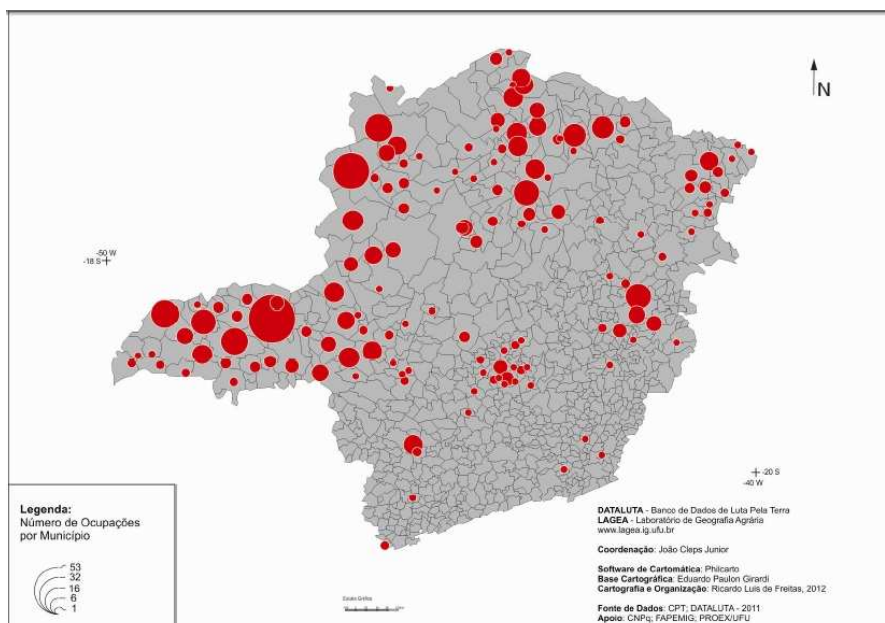
No Triângulo Mineiro, há casos de assentamentos rurais arrendando parte de seus lotes para a produção de cana-de-açúcar. As preocupações geradas pela adoção deste tipo de medida variam desde a dependência econômica em relação à usina até a ameaça sobre a soberania alimentar da população assentada.

1.3. A questão agrária e a luta pela terra no Triângulo Mineiro: movimentos, ocupações e assentamentos

A complexidade do campo mineiro vem tomando proporções cada vez maiores à medida em que o Estado e, em especial, a mesorregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, passa a ser considerado uma das principais regiões produtivas do país, segundo dados dos últimos Censos Agropecuários, seja na cultura de grãos e na criação de gado ou de, mais recentemente, da cana-de-açúcar. Tal fator gera uma série de impactos que vão desde o desemprego estrutural no campo até o aumento da concentração fundiária.

Desta forma, levando em consideração todo o processo histórico de formação e ocupação do território mineiro, é possível afirmar que o Triângulo Mineiro pode ser considerado uma das principais regiões brasileiras alvo do processo de modernização do campo, tornando-se, assim, de importância ímpar para estudos e reflexões.

Com a implantação, na década de 1970, de um modelo de agricultura altamente excludente e concentrador de riquezas e frente ao processo de democratização brasileira pós-regime militar, na segunda metade da década de 1980, o número de conflitos no campo aumenta significativamente, tornando a região alvo de grande disputa territorial, representada atualmente por diversos movimentos de luta pela reforma agrária (Mapa 2).



Mapa 2: Minas Gerais: Espacialização municipal das ocupações de terra de 1990 a 2011.
Fonte: Relatório DATALUTA Minas Gerais 2011, 2012.

As primeiras manifestações coletivas dos trabalhadores rurais no Triângulo Mineiro datam das décadas de 1950 e 1960, com o surgimento das Ligas Camponesas e dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR), porém suas ocorrências eram isoladas no território. Neste momento, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) atuava como mediador dos processos de organização dos trabalhadores rurais em Minas Gerais. Com o golpe militar, a luta pela Reforma Agrária e os movimentos sociais de luta pela terra são fortemente reprimidos.

Desde os anos 1980, em que se é retomada de maneira mais ampla a atuação dos movimentos, Minas Gerais tem se mostrado um Estado bastante representativo no que se refere à luta pela terra no Brasil. Segundo dados do DATALUTA, Minas Gerais é um dos Estados brasileiros que mais possui movimentos socioterritoriais atuantes. Cerca de 30 movimentos são hoje responsáveis por mais de 650 ocupações em todo Estado, entre os anos de 1990 e 2011. A mesorregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, como pode ser observado no Mapa 2, é a mais atingida, sendo, no mesmo período, responsável por 224 ocupações, envolvendo mais de 22 mil famílias.

A partir da análise da dinâmica de atuação dos movimentos socioterritoriais de Minas Gerais, deve-se compreender a gênese do seu processo de formação. Como propõe Fernandes (2004, p. 52),

[...] movimento social e movimento socioterritorial são um mesmo sujeito coletivo ou grupo social que se organiza para desenvolver uma determinada ação em defesa de seus interesses, em possíveis enfrentamentos e conflitos, com objetivo de transformação da realidade.

Desta forma, alguns movimentos transformam espaços em territórios, também se territorializam e são desterritorializados e, por conseguinte, se reterritorializam, carregando em suas ações pretensões de suas territorialidades. Desta maneira, a transformação do espaço em território acontece por meio do conflitualidade. Os territórios também se movimentam pela conflitualidade, uma vez que as formas de organização social, as relações e as ações acontecem no espaço, como apontado por Fernandes (2004).

Assim, o conceito de movimento socioterritorial é uma tentativa de desfragmentação do espaço e do território. Pode-se, então, fazer uma leitura mais ampla a partir do conceito de movimento socioterritorial, pois, conforme destaca Fernandes (2004, p.53) “ela sempre será uma leitura parcial, porque a totalidade da realidade é um processo coletivo que só pode ser compreendida no movimento de todos”.

A atuação cada vez maior dos movimentos sociais de luta pela terra reflete as contradições existentes no campo triangulino. Deve ser salientado que grande parte das ocupações e das manifestações dos movimentos socioterritoriais se dá em função de uma estrutura fundiária concentrada (Tabela 4) e excludente, tendo ainda, nas últimas décadas, um agravamento ainda maior nas contradições pela inserção de empresas de capital internacional na região.

Tabela 4: Minas Gerais – Mudanças na Estrutura Fundiária, por Classes de Área - 1992, 1998, 2003 e 2010

Classes	1992		1998		2003		2010	
	Nº de imóveis	Área (ha)	Nº de imóveis	Área (ha)	Nº de imóveis	Área (ha)	Nº de imóveis	Área (ha)
Pequena	388.101	13.392.884,60	477.729	15.973.718,80	578.156	18.634.285,80	759.298	33.221.574,49

Média	30.463	13.976.945,60	37.888	20.631.310,00	37.892	17.968.199,90	13.275	11.575.319,07
Grande	1.229	6.052.625,60	1.579	7.636.864,80	1.523	6.111.987,70	1.097	5.501.386,09

Fonte: Relatório DATALUTA Minas Gerais 2011, 2012, organizado por (SOUZA, 2013)

Apesar de o número de propriedades rurais ser significativamente maior do que a quantidade de propriedades grandes, ao dividirmos a quantidade de imóveis pela área total ocupada percebemos grande discrepância. Em 1992, a média do tamanho da propriedade rural classificada como pequena era de 34,50 hectares. Já na propriedade classificada como média, o número era de 458,80 hectares. Na propriedade grande, o número passava para 4.924,80 hectares.

Em 1998, as propriedades pequenas passam a ter uma área média de 33,40 hectares; as propriedades médias, 544,50 hectares e, as grandes, 4.836,50 hectares. Naquele período, portanto, verifica-se o aumento significativo das propriedades médias, aumentando sua área de abrangência e também de atuação.

No ano de 2003, a média de área das propriedades pequenas ficou em 32,20 hectares, na propriedade média, 474,20 hectares, e a propriedade grande, uma área de aproximadamente 4.013,10 hectares. Mantendo-se, desta forma, certo equilíbrio em comparação com o ano de 1998.

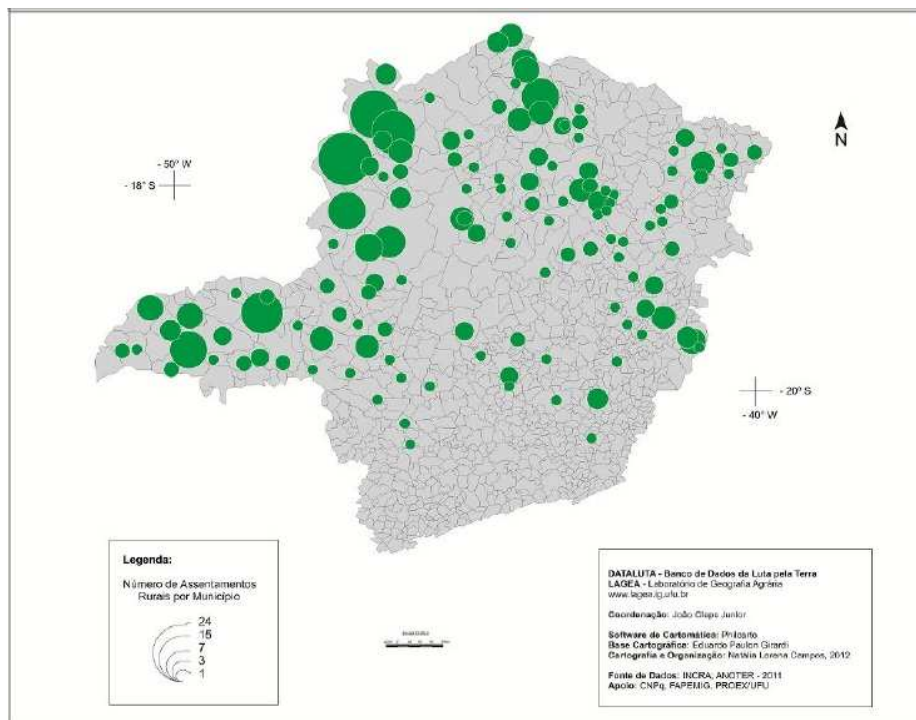
Já em 2010, houve um aumento no número de estabelecimentos pequenos e também do tamanho médio das propriedades rurais, que passou a ser de 43,75 hectares. As propriedades médias passaram a ter aproximadamente 872 hectares, que, comparado aos outros anos, demonstra um aumento bastante significativo. As grandes propriedades passaram a 5.015 hectares, sendo a maior média até então registrada.

Desta forma, percebemos que, até o ano de 2003, houve uma gradativa diminuição no tamanho das propriedades pequenas e grandes, enquanto que as médias propriedades mantiveram certo padrão. Em 2010, há uma mudança nos dados, com um aumento geral no tamanho médio das propriedades rurais, explicado, possivelmente, pela ocupação de novas áreas em todo território mineiro.

O comportamento da estrutura fundiária mineira nos últimos anos pode ser explicado pela intensificação da atividade agropecuária, que cada vez mais vem se modernizando, produzindo muito em áreas cada vez menores. Tal fato leva a uma

redefinição nos valores das propriedades rurais, que acabam se elevando, provocando um parcelamento territorial de antigos latifúndios.

A partir de uma análise temporal das políticas nacionais de reforma agrária mais recentes, principalmente a partir da década de 1980, com a “Nova República” e também com a formação dos principais movimentos socioterritoriais que colaboraram de maneira decisiva na criação dos primeiros assentamentos em Minas Gerais, é possível estabelecer uma discussão relativa à territorialização da luta pela terra no campo mineiro (Mapa 3).



Mapa 3: Minas Gerais: Espacialização municipal dos assentamentos rurais criados de 1986 a 2011.

Fonte: Relatório DATALUTA Minas Gerais 2011, 2012.

É inquestionável o fato de que Minas Gerais ainda é um Estado com grande concentração fundiária, o que torna a criação de assentamentos rurais uma necessidade. Tal fator justifica a alta concentração de assentamentos rurais, principalmente nas mesorregiões do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e Norte de Minas. Um dos principais motivos da concentração dos assentamentos em tais regiões é a grande

concentração fundiária e as políticas de incentivo ao agronegócio, fazendo com que as ocupações de terra ali sejam mais pontuais e numerosas.

Deve-se compreender os assentamentos como uma forma de representação territorialmente construída, ou seja, são os espaços produzidos pelos movimentos socioterritoriais. No entanto, as políticas (compensatórias) de criação de assentamentos rurais têm sido implantadas a partir da concepção de mundo neoliberal exercida pelos governos nas últimas décadas.

Foi possível perceber de maneira clara, a partir de pesquisa *in loco*, que parte dos assentamentos rurais mineiros ainda possui grandes dificuldades de organização e permanência do trabalhador no campo. Tais barreiras são encontradas independentemente do ano de criação dos assentamentos, evidenciando a ineficácia e até mesmo ausência de políticas públicas compatíveis com a real necessidade dos assentados.

Verifica-se uma diversidade de realidades e situações protagonizada por diversos atores sociais inseridos dentro de um mesmo território em disputa, especialmente as lutas empreendidas pelos movimentos de luta pela terra para a formulação de políticas públicas que atendam as demandas do grupo.

As iniciativas de organização política dos trabalhadores rurais, no bojo do processo de modernização da agricultura, na década de 1970, tiveram grande importância no surgimento da luta por acesso à terra, que aparece como uma das questões centrais da mobilização dos movimentos sociais do campo, na década de 1980 e anos seguintes, no Estado de Minas Gerais.

Com a estruturação dos projetos de assentamentos, surgem os desafios de reprodução socioeconômica das famílias beneficiárias para garantir níveis satisfatórios de renda e boas condições de vida. Neste contexto, as reivindicações dos movimentos de luta pela terra e das famílias assentadas alcançam outro patamar de negociação, primando pela reivindicação de ações e medidas governamentais que garantam a viabilidade econômica e social dos assentamentos, como crédito, assistência técnica, qualidade ambiental, educação, saúde etc.

Todavia, apesar de apresentar números significativos no que tange a questão agrária como um todo, é importante ressaltar que a quantidade de assentamentos rurais existentes no Triângulo Mineiro ainda é muito inferior a real necessidade da região, o que torna a luta e a conquista da terra um processo que demanda dos movimentos sociais muita articulação, organização e esforço.

CAPÍTULO 2 – POLÍTICAS, PROJETOS E PROGRAMAS VOLTADOS PARA A PECUÁRIA MINEIRA DE 1990 A 2010

Minas Gerais possui uma área de mais de 25 milhões de hectares de pastagens naturais e plantadas, segundo dados do IBGE (2010). Essa área representa 43% de todo território mineiro. Assim, a criação de gado, principalmente de corte, apresenta-se como uma das principais atividades do Estado, ocupando, atualmente, o segundo lugar dentre os Estados da Federação na criação de bovinos. A mesorregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba possui o maior rebanho do Estado, comportando mais de 30% do efetivo estadual.

Neste capítulo é feita uma breve análise acerca dos conceitos sobre políticas públicas e das contribuições da perspectiva neoinstitucionalista histórica, referência teórica deste trabalho. Ademais, são abordados os principais projetos e programas criados no período que vai de 1990 a 2010 no Estado de Minas Gerais, que alavancaram e mantiveram a pecuária como uma das principais atividades econômicas da região, mesmo com as mudanças produtivas ocorridas no mesmo período, como o caso da expansão da cana-de-açúcar na mesorregião Triângulo Mineiro.

Dentre os programas, políticas e projetos que serão analisados, encontram-se o Programa de Produção do Novilho Precoce, o Plano Setorial da Cadeia da Carne Bovina de Minas Gerais (MinasCarne) e aqueles que integram o MinasCarne: Programa de Melhoria da Qualidade Genética do Rebanho Bovino do Estado de Minas Gerais (Pró-Genética) e o Programa de Organização e Gestão da Pecuária Bovina em Minas Gerais (Propec).

Para tanto, serão utilizados dados quantitativos e qualitativos sobre a produção de bovinos no Triângulo Mineiro, o capital mobilizado, a destinação da produção, os principais frigoríficos, bem como um aparato bibliográfico que fundamente a análise das políticas públicas agrícolas atuais.

2.1. A origem das políticas públicas enquanto área do conhecimento e suas contribuições de análise

A partir das transformações políticas e econômicas ocorridas durante a década de 1930, tanto nos países industrializados - com a introdução do Estado como agente promotor, regulamentador e organizador das relações socioeconômicas - quanto nos países periféricos, por meio dos reflexos gerados pela adoção de um modelo desenvolvimentista, estudos sobre a análise das políticas públicas ganharam expressiva importância.

Para compreender o processo de desdobramento da análise das políticas públicas e sua dinâmica é necessário remeter a sua origem. Assim, as políticas públicas surgem enquanto área do conhecimento nos Estados Unidos, tendo como foco estudos relacionados às ações e produções dos governos, ou seja, parte de uma perspectiva de caráter mais pluralista, diferentemente do que vinha acontecendo na Europa, onde as políticas públicas possuíam um caráter analítico do Estado e das instituições.

Segundo Muller e Surel (2004), uma abordagem pluralista do Estado permite uma maior proximidade com os fundamentos da análise das políticas públicas, devido à intenção das mesmas em compreender todo o aparelho político-administrativo, apresentando, assim, a multiplicidade de interesses que constituem o seu interior. Desta forma, a análise das políticas públicas caminha em direção a reconhecer as complexidades da ação pública como um todo, levando em consideração os agentes e seus diferentes interesses.

Como forma de dinamizar o entendimento da complexidade do funcionamento das políticas públicas, a literatura especializada adota três dimensões da própria política, sendo elas: *polity*, que está atrelada à ordem do sistema político, fazendo, desta maneira, distinção com a dimensão da sociedade civil, podendo confluir de acordo com o meio em que estão inseridas; *politics*, que se refere a atividades e processos políticos como um todo, ou seja, os debates partidários, as disputas políticas, decisões internas etc., possuindo, assim, um caráter conflituoso na maioria dos casos pela discussão de imposição de objetivos e metas. Por fim, *policy*, que está referida à ação pública

propriamente dita, considerando seu processo de elaboração, configuração, conteúdo e problemáticas, sendo empregada por meio de uma finalidade específica.

Porém, segundo destaca Frey (1997, p. 217),

Essa diferenciação teórica de aspectos peculiares da política fornece categorias que podem se evidenciar proveitosas na estruturação de projetos de pesquisa. Todavia, não se deve deixar de reparar que na realidade política essas dimensões são entrelaçadas e se influenciam mutuamente.

Vale ressaltar que todos os condicionantes e fatores que envolvem as políticas públicas são passíveis de modificações ao longo do tempo. Um exemplo disto é a possibilidade de emergência de novos atores e organizações sociais que reivindiquem questões não abordadas pelas políticas vigentes. Mesmo não sendo aplicáveis a todas as circunstâncias, estas dimensões das políticas públicas encontram-se em uma esfera de análise extremamente importante, que prioriza um processo de descomplexificação no tratamento das ações públicas em geral.

Outra questão pertinente, que também se refere à análise das políticas públicas, diz respeito às transformações ocorridas em relação ao papel do Estado. Notoriamente, a partir da década de 1970, a função do Estado, como já mencionado, passa por uma relativa mudança tanto de ação quanto de perspectiva de atuação. Neste sentido, o debate teórico que surge a respeito das políticas públicas, embora restrito a certos círculos de pesquisa, enriquece os temas e debates sobre a natureza da intermediação entre o Estado e os grupos de interesse na produção da ação pública.

No caso brasileiro em específico, tanto a elaboração quanto a implementação das políticas públicas, independentemente do seu setor ou instância, ainda possuem lacunas que precisam ser preenchidas para se alcançar um resultado que seja substancialmente coerente e válido. Além disto, relações de poder e hierarquização acabam por comprometer o processo democrático e satisfatório para a parcela da população beneficiária de determinada política, fazendo com que seja extremamente indispensável a delimitação de objetivos que sejam mais próximos às necessidades locais.

De uma maneira geral, as políticas públicas devem agir de forma a levar em consideração os interesses da população, sua origem, cultura e formas de reprodução

social, econômica e espacial, proporcionando e aumentando, desta forma, um leque de opções relativas às escolhas do próprio sujeito.

Todas essas questões citadas servem para reafirmar a característica holística das políticas públicas. Pela sua natureza multidisciplinar, o campo das políticas públicas comporta vários olhares, métodos e referenciais teóricos, não se resumindo a um único enfoque, o que pode se tornar um de seus grandes desafios de análise, principalmente no que tange aos formuladores, ao público-alvo e ao seu alcance. Mesmo assim, na tentativa de delimitar conceitualmente a expressão políticas públicas, Souza (2006, p. 24) destaca que,

Não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública. Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz.

Ampliando os questionamentos apresentados por Laswell⁵ (1958 apud SOUZA, 2006), é necessário ir além de uma definição clássica como a supracitada, investigando *a quem pode interessar* em termos históricos e estruturais o conjunto de programas e políticas públicas que vem sendo implementado. Sendo assim, é necessário uma compreensão maior do contexto econômico, social e político, pois sua configuração e limitações atuam como fatores delineadores das ações das administrações, seja em nível nacional, estadual ou municipal e irá, dessa maneira, influenciar fortemente nas possibilidades de elaboração, implantação e êxito das políticas públicas em geral.

⁵ LASWELL, H.D. **Politics**: who gets what, when, how. Cleveland, Meridian Books, 1958.

2.2. A perspectiva teórica neoinstitucionalista

A corrente neoinstitucionalista vem se tornando uma importante corrente para se pensar na gestão e avaliação das políticas públicas atualmente. Sua fase de expansão iniciou durante a década de 1980, com o objetivo de superar a abordagem behaviorista, fortemente empregada nas duas décadas anteriores, que privilegiava o comportamento humano como fator explicativo das determinações sociais e políticas. Partindo do referencial de análise das instituições, o neoinstitucionalismo propõe entender as políticas públicas e os acontecimentos desta ordem, de maneira que os processos de decisões não podem ser interpretados apenas por meio do fator racional, mas também considerando um conjunto de fatores e regras gerais que compõe cada sociedade e que vem a colaborar na influência da ação da população.

Por conseguinte, a teoria neoinstitucionalista defende que as instituições não podem ser entendidas apenas como instituições reconhecidas publicamente ou pelo Estado, mas, sim, que as mesmas devem ser interpretadas de forma mais ampla, considerando os atores envolvidos e suas respectivas identidades, já que estas também irão influenciar de maneira direta nas suas tomadas de decisões. Desta forma, para o neoinstitucionalismo, as instituições possuem grande importância sobre o comportamento dos agentes.

Outro ponto marcante no neoinstitucionalismo é a retomada da ênfase analítica no Estado ao invés de tomar a sociedade como enfoque. Em uma de suas primeiras versões, o neoinstitucionalismo avalia que o Estado passa a explicar a natureza das ações políticas governamentais.

Neste sentido, a crítica em relação aos behavioristas aponta no sentido de que, nesta corrente, as análises realizadas tendem, na maioria das vezes, a uma contradição no que diz respeito aos fatores que determinam as próprias políticas públicas, sendo que não é incomum o conteúdo das decisões públicas superarem a demanda vinda da

sociedade, ou seja, os *outputs* (resultados) acabam sendo incoerentes ou até mesmo extrapolam os *inputs* (demanda) (SKOCPOL, 1985⁶ apud ROCHA, 2005, p. 4).

Para o neoinstitucionalismo, o Estado não se apresenta submetido aos interesses de grupos ou de classes da sociedade, mas, sim, busca constantemente o controle das suas instituições sobre a sociedade em si, afirmando concomitantemente seu poder político e de controle de suas próprias ações. Cabe aqui ressaltar um dos limitantes da corrente em questão. Como toda análise, o neoinstitucionalismo apresenta uma série de pontos questionáveis, ao menos no que tange ao objetivo deste trabalho, como nos entendimentos de Estado e sua composição. O que percebemos durante a análise realizada no capítulo 1 é que, durante todo processo histórico de formação do Estado brasileiro, bem como das políticas e programas agropecuários criados até o presente momento, a participação de uma classe dominante sempre se fez presente e atuante. Assim, não se pode dizer que a formulação das políticas no caso brasileiro se deu livre de interesses de uma classe dominante e organizada, visto que é esta mesma classe que compôs (e compõe) grande parte dos espaços de decisão política. No caso específico das políticas agrícolas, verifica-se que, ao longo do tempo, as políticas públicas foram formuladas de acordo com os interesses de uma minoria, que controla parte das atividades de maior montante econômico do setor, devido, dentre outros fatores históricos e culturais, suas facilidades de acesso a crédito, terras e tecnologia.

Assim, diante das características e fatores até então mencionados, o termo neoinstitucionalismo ainda é alvo de grande confusão e críticas. Segundo Hall e Taylor (2003), o neo-institucionalismo não se apresenta como uma corrente de pensamento unificada, mas, sim, composta de pelo menos três métodos de análise diferenciados entre si, sendo eles o institucionalismo histórico, o institucionalismo da escolha racional e o institucionalismo sociológico. Porém, vale destacar que, mesmo sendo escolas distintas, as mesmas comungam da ideia do papel determinante das instituições nos resultados sociais e políticos bem como da noção de Estado já aqui apresentados.

⁶ SKOCPOL, T. Bringing the State back in: Strategies of analysis in current re-search. In: EVANS, P.; RUESCHMEYER, D.; SCOKPOL, T. **Bringing the State back in**. Cambridge University Press, 1985.

Os autores do neoinstitucionalismo histórico defendem que a competição entre grupos rivais por recursos escassos permite a compreensão da forma com que determinados interesses se sobrepõem a outros, alimentando toda vida política. Hall e Taylor (2003) também argumentam que há duas perspectivas inseridas nesta vertente: a calculadora e a cultural. Na perspectiva calculadora, as instituições incidem sobre as expectativas dos atores “racionais”, que buscam maximizar seus benefícios. Já para a perspectiva cultural, as instituições oferecem modelos morais e cognitivos que são acionados conforme a interpretação dos distintos atores. Nestas duas perspectivas há razões distintas para explicar a manutenção de certos arranjos institucionais.

O poder tem um papel importante na perspectiva histórica do neoinstitucionalismo, sendo assim, pode-se dizer que sempre há privilegiados num determinado arranjo institucional. Por isso é abordada a noção de *path dependence*, que pode ser entendida como o poder das escolhas na trajetória histórica das instituições ao moldar as correlações de força em determinado contexto, ou mesmo em conformar os repertórios de ação dos distintos atores sociais.

Neste caso, é importante salientar que a competição entre grupos rivais por recursos não se dá de maneira igualitária ou até mesmo democrática, tendo em vista que alguns grupos se sobrepõem a outros devido aos lugares que os mesmos ocupam na sociedade, na política, no Estado e nas relações econômicas e sociais.

Já no institucionalismo da escolha racional, a estabilidade das decisões se explica pelo conjunto de instituições que asseguram aos diferentes atores a atuação coletiva, possibilitando, assim, acordos coletivos.

Aqueles autores argumentam que há, dentro de tais vertentes, algumas correntes com significativas idiosincrasias, todavia, todas apresentariam alguns pontos em comum, sendo eles a atribuição de um comportamento racional-utilitarista pelos atores; uma lógica dos dilemas coletivos, que se explica, em parte, pelo comportamento individualista e utilitarista e o comportamento influenciado pela expectativa em relação à atuação dos outros atores.

Deste modo, a criação das instituições se daria pela necessidade dos atores em estabelecer um conjunto de condições seguras ao ponto de embasarem suas escolhas e decisões, sendo estas realizadas de maneira voluntária.

Por fim, no institucionalismo sociológico, a prática burocrática tende a ser explicada pela cultura, o que expressaria a escolha de um determinado número de regras, símbolos e normas. Nesta abordagem, as instituições são entendidas de forma mais ampla, já que diz respeito aos símbolos e aos padrões cognitivos que a engendram e/ou pressupõe.

Vale destacar que a utilização de cada uma das correntes varia de acordo com o tipo de política que se quer analisar/formular. Cada uma delas destaca elementos que podem ser compatíveis com as necessidades de cada analista de política pública, não havendo, assim, uma mais certa do que a outra. Além disso, como destaca Hall e Taylor (2003), cada vertente pode aprender uma com a outra, ou seja, vale também optar pelo intercâmbio entre cada uma delas.

Nesta dissertação, optou-se pela utilização do neoinstitucionalismo histórico para compreender um pouco mais o processo de implementação das políticas públicas e programas agrícolas, especialmente aqueles voltados para o desenvolvimento do cerrado e implementados durante a década de 1970.

A justificativa desta escolha está no fato de que a abordagem histórica possui ferramentas que permitem analisar os impactos das políticas por meio da valorização de suas continuidades e permanências, entendendo que um caminho não pode anular o outro. Pode-se dizer que o neoinstitucionalismo histórico trabalha a partir de dados empíricos e de uma metodologia indutiva, que reflete sobre o valor das instituições em relação às tomadas de decisões de interesse coletivo. Desta forma, “ao invés de analisar o funcionamento dos mercados políticos, o neoinstitucionalismo histórico destaca o modo pelo qual as instituições atribuem a certos grupos ou interesses um acesso desproporcional ao processo de decisão” (FLEXOR e LEITE, 2007, p. 07).

A partir da análise do institucionalismo histórico, é possível perceber de forma nítida a participação de grupos de interesses, principalmente quando tais grupos se encontram organizados institucionalmente, durante o processo de desenvolvimento de

programas e políticas públicas adotados pelo Estado brasileiro. Na década de 1970, isto ocorre no processo de mecanização do cerrado e, no período recente, por meio de políticas de crédito.

Outro ponto de destaque é a participação do Estado brasileiro ao longo da história, atuando como legitimador das relações desiguais entre os grupos sociais do campo. Neste sentido,

Os teóricos do institucionalismo histórico prestaram atenção, sobretudo, ao modo como as instituições repartem o poder de maneira desigual entre os grupos sociais. Assim, ao invés de basear seus cenários sobre a liberdade dos indivíduos de firmar contratos, eles preferem postular um mundo onde as instituições conferem a certos grupos ou interesses um acesso desproporcional ao processo de decisão. (HALL e TAYLOR, 2003, p. 200).

Assim, considerando a trajetória histórica percorrida (*path dependence*) pelas políticas agrícolas no Brasil, é possível compreender que, durante todo seu processo, houve a participação decisiva de um grupo hegemônico de poder no processo de tomadas de decisões, em que se optou pela manutenção de uma estrutura agrária altamente concentradora e que vem, ao longo do tempo, tendo cada vez mais a participação e influência do capital financeiro externo, excluindo novas possibilidades de uma agricultura, fundamentada na diversidade e nas relações familiares.

2.3. Os programas voltados para a cadeia produtiva da pecuária bovina

O Brasil entra no século 21 como o principal exportador mundial de carne bovina. Tal fato se deve, em grande parte, à prática da criação extensiva, ainda muito comum no território brasileiro e, também, pelo melhoramento genético ao qual passou o rebanho nacional nos últimos 30 anos. Mesmo com a queda do consumo de carne vermelha, que vem sendo substituída por outros tipos de alimentos, e pelo surgimento de enfermidades que assolaram principalmente o rebanho Europeu, como foi o caso do mal da vaca louca, o Brasil vem conseguindo atender a mercados consumidores dos mais diferentes níveis de exigências e critérios de qualidade.

Ainda tendo em seu núcleo de origem e de organização relações arcaicas e até mesmo de “viés coronelístico”, a bovinocultura triangulina apresenta-se como uma cadeia que vem passando por uma série de inovações e transformações tecnológicas e de gestão, inserindo-se, assim, no mercado mundial, de maneira sólida e extremamente competitiva. Ortega (2005, p. 185) afirma que este pressuposto de atraso que se vincula à pecuária brasileira, deriva, em grande parte, do fato da pecuária ter sido um dos principais instrumentos de consolidação da fronteira agrícola brasileira, além do fato da terra sempre ter funcionado como reserva de valor, ou seja, constituindo-se como um importante ativo financeiro e criando um mercado especulativo relevante para momentos de instabilidade e crise econômica no país.

É importante salientar que todas estas transformações iniciadas na década de 1990, com a consolidação do agronegócio no Brasil, até os dias atuais, não refletem necessariamente no perfil político e nas relações de poder locais dos grandes fazendeiros criadores de gado do Triângulo Mineiro. O que se percebe territorialmente é a manutenção de relações tradicionais, quando não, retrógradas, ao se tratar, principalmente, de relações de poder, mas que, atualmente, incorporam no seu discurso e em sua prática de gestão novos elementos tecnológicos e modernos.

O uso de tecnologias aliado a políticas públicas fez com que outro fator considerado arcaico naquele setor fosse, em grande medida, superado, qual seja, a intensa dependência em relação aos fatores naturais e biológicos que envolvem a bovinocultura, desde a gestação da cria até o abate. Neste panorama, insere-se o Programa Estadual de Apoio à Produção de Novilho Precoce.

2.3.1. O Programa Estadual de Apoio à Produção de Novilho Precoce

O longo período produtivo relacionado ao setor de carnes, de uma forma geral, configura-se como um dos grandes limitadores relacionados à rotatividade do capital. Fatores como a intensa competição de culturas mais intensivas e de retorno a curto e médio prazo fez com que a pecuária bovina passasse por uma série de alterações estruturais importantes.

Ortega (2005, p. 187) afirma que,

Com o resultado da integração da pecuária bovina – mesmo com suas características – aos frigoríficos e às cadeias comerciais exige-se mais dos pecuaristas quanto à produção de carne com qualidade superior, o que viabiliza uma diferenciação do produto até então desconhecida. Assim, verifica-se a difusão de inovações que têm contribuído para modernizar a bovinocultura.

De acordo com o pensamento de Ortega (2005), podemos dizer que o setor de produção de bovinos no Brasil e, em especial em Minas Gerais, vem passando por um intenso processo de verticalização, o que, conseqüentemente, abre espaço para o aumento de investimentos científicos e tecnológicos, dentre os quais, destacam-se a inseminação artificial, a transferência de embriões, a criação de bovino Premium, a criação em confinamento e semiconfinamento, entre outros.

Toda esta mobilização propiciou e pressionou o Estado no sentido da formulação de políticas públicas voltadas para o setor. Em 1993, o governo do Estado de Minas Gerais criou o Programa Estadual de Apoio à Produção de Novilho Precoce, voltado principalmente para as regiões Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba e Noroeste do Estado, visto que tais regiões possuem a maior parte dos frigoríficos submetidos ao Serviço de Inspeção Federal (SIF). Ademais, ali se encontra uma das mais antigas entidades de organização dos produtores de gado Zebu, o principal gado de abate no Brasil, a ABCZ (Associação Brasileira de Criadores de Zebu).

O programa tinha como objetivo baratear o preço de aquisição de matéria-prima para indústria, sendo assim, foi estabelecida a transferência de 50% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) a ser recolhido pelo frigorífico para o produtor que se enquadrasse nas normas do novilho precoce: entre zero e quatro dentes permanentes para machos castrados de até 3 anos e nenhum dente permanente para machos inteiros até 2 anos. Os outros 50% do imposto recolhido, o frigorífico não precisaria recolher para o Estado, reduzindo assim o preço da matéria-prima. Este incentivo de impostos durou quatro anos, de 1994 a 1998 (Ortega, 2005).

Mais do que a real adesão dos criadores de bovinos, o programa possibilitou novas formas de organização e associação dos pecuaristas, principalmente na região do Triângulo Mineiro, que acarretaram em parcerias com grandes frigoríficos locais, como foi o caso do Frigorífico Bertim, localizado no município de Ituiutaba, que, segundo

dados da Emater, MG de 1996, ano em que o programa esteve no seu auge, cerca de 63% dos novilhos abatidos eram precoces (Ortega, 2005).

Porém, Ortega (2005, p. 192) chama a atenção para um fator importante no que se refere às organizações que foram estabelecidas com o Programa:

Como tipo ideal, essas organizações podem ser caracterizadas como sendo de caráter econômico, mas, na sua forma pura, as entidades representativas não são encontradas, e suas ações também buscam fins políticos. O caráter econômico decorre do fato de que seu fim principal é adequar os produtores associados às novas exigências da agroindústria.

Mesmo após o fim dos incentivos financeiros dados ao programa, em 1998, foi formado o Núcleo dos Produtores de Novilho Precoce do Triângulo Mineiro, com sede no Sindicato Rural de Uberlândia. Após dois anos de atuação do núcleo, a adesão de novos pecuaristas e a repercussão da associação foi bastante significativa, tanto que, no ano 2000, o núcleo passou a ser denominado Núcleo dos Produtores de Novilho Precoce de Minas Gerais, abrangendo assim sua área de atuação.

Neste caso, é fundamental destacar a importância da institucionalização de um grupo de pecuaristas, que se mobilizaram a partir de uma demanda da classe em se promover politicamente e economicamente, buscando, a partir de uma instituição, o desenvolvimento de políticas públicas e garantias de comercialização voltadas para o setor produtivo da carne bovina.

Ademais, como referência adotada nesta pesquisa, a partir da perspectiva histórica e da noção de *path dependence*, a institucionalização do grupo se tornou viável, em grande medida, devido ao poder historicamente constituído dos pecuaristas na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. No caso retratado, temos um exemplo de que “as instituições constituem parâmetros históricos essenciais, estruturando uma trajetória que afeta o conjunto de opções de políticas públicas possíveis” (FLEXOR; LEITE, 2007, p.08).

Por meio de entidades já bem estruturadas na região, como os sindicatos rurais e a diversas associações de criadores de gado, como a ABCZ e a Associação de Criadores de Girolando, a mobilização inicial para a formação de uma instituição voltada

essencialmente para a promoção e defesa de interesses de seus associados, principalmente no que tange o setor de comércio e distribuição da carne, foi facilitada e incentivada, já que tais espaços possibilitam o encontro de pecuaristas da região e criam arenas de discussão sobre a pecuária regional, como é o caso dos leilões de gado e de cursos e palestras oferecidas pelas entidades periodicamente.

Segundo Chaves (2002, p. 130),

A grande maioria dos produtores teve como interesse inicial na associação a busca de maiores ganhos econômicos e o fortalecimento da classe pecuarista [...]. A partir da mobilização inicial de alguns pecuaristas, visualizou-se que o caminho para alcançar o objetivo de maiores retornos financeiros aos associados estaria ligado ao pagamento diferenciado pela carne de novilho precoce e à busca de novos mecanismos de governança adequados a esse ativo mais específico.

Fica claro, desta maneira, o que mobiliza os pecuaristas a se associarem ao Núcleo. Mais uma vez vale afirmar que, para além de uma questão econômica, propiciada pela associação através do sistema de parcerias com grandes frigoríficos e supermercados na região, o que também leva e estimula os criadores a se organizarem institucionalmente é o fortalecimento da classe pecuarista.

Ademais, também com a noção da dependência da trajetória, temos que as escolhas feitas por instituições, como a ABCZ, no seu processo de formação, continuam tendo ampla influência nas suas ações no presente e, conseqüentemente, na orientação tomada pelas políticas públicas e programas voltados para o setor pecuário.

Outro ponto que merece destaque sobre o perfil dos associados é abordado por Ortega (2005), que aponta que todos os filiados ao núcleo também são associados a sindicatos patronais rurais. Tal fato demonstra a importância das organizações como intermediárias durante o processo de articulação entre os pecuaristas e dos pecuaristas com as agroindústrias.

O Núcleo de Produtores de Novilho Precoce de Minas Gerais configura-se como um exemplo de como a classe pecuarista vem encontrando formas para superar sua imagem de atraso. Por meio de alianças com frigoríficos na região e do estímulo propiciado por programas voltados para o setor, membros do núcleo se reorganizam

através de uma instituição e propõem uma nova forma de alcançar ganhos econômicos, por meio do sistema de parcerias e da utilização de tecnologia de ponta.

O que se verificou durante o trabalho de campo na região foi que, mesmo com a inserção de novas lógicas produtivas e administrativas mais modernas, membros das entidades patronais da região ainda se identificam e se afirmam como tradicionais. No entanto, o tradicionalismo não está na forma de gerir e administrar rebanhos e fazendas, mas no âmbito cultural e social.

2.3.2. Plano Setorial da Cadeia da Carne Bovina de Minas Gerais (MinasCarne)

O Programa MinasCarne, criado em 2006, contribui, nesta pesquisa, como um exemplo de uma política pública executada pela Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais, em parceria com as Secretarias da Fazenda e de Desenvolvimento Econômico, com o objetivo de incrementar o crescimento do setor pecuário do Estado de Minas Gerais.

Dentre os objetivos específicos do programa, destacam-se: melhorar a qualidade e os índices de produtividade do rebanho mineiro; aprimorar as ações de defesa sanitária; coibir o abate informal; melhorar a qualidade da carne produzida e comercializada; elevar a competitividade dos estabelecimentos mineiros de abate; ampliar as exportações mineiras de carne e adequar a cadeia produtiva da carne às normas ambientais (MINAS GERAIS, 2010, p. 03).

Dentre os pontos específicos do Programa, um dos que ganharam grande visibilidade foi a evolução do abate formal no Estado. Através de reuniões, palestras e utilização de cartilhas e propagandas sobre as consequências do abate informal, o Programa estabeleceu parcerias com prefeituras locais e, em um ano (de 2009 a 2010), o número de municípios que foram abastecidos com carne inspecionada passou de 41% para 75,5% (MINAS GERAIS, 2010).

O modelo adotado pelo Estado de Minas acabou se tornando modelo nacional para a erradicação do abate informal na pecuária bovina, como demonstra a reportagem do Portal Minas, de agosto de 2010:

Minas Gerais tem um rebanho bovino da ordem de 22,6 milhões de cabeças, o terceiro maior do Brasil, sendo 4 milhões destinadas anualmente ao abate. O Estado é o quarto maior exportador do país, com 93,5 mil toneladas embarcadas em 2007. Um dos objetivos do MinasCarne é aumentar esses números e, para isso, o programa procura fortalecer as indústrias (inclusive com o combate ao abate informal), incentivar a reativação de estabelecimentos e elevar a sua competitividade, além de beneficiar também os demais elos da cadeia. A oferta de carne bovina originada de abatedouros sem inspeção no Estado teve queda de aproximadamente 30% desde o início da década, aponta um levantamento do programa MinasCarne, criado pela Secretaria da Agricultura. De acordo com o assessor do programa, João Batista Soares, “este avanço é resultado, principalmente, de ações que a Secretaria vem realizando em parceria com prefeituras, Ministério da Agricultura, Ministério Público e toda a cadeia produtiva da carne nos municípios”. (AÇÕES [...], 2010).

Sendo assim, um dos reflexos gerados pelo Programa foi o aumento do número de frigoríficos no Estado. Entre 2006 e 2010, os frigoríficos de bovinos com Selo de Inspeção Federal (SIF) passou de 29 para 38, como mostra a Figura 1:

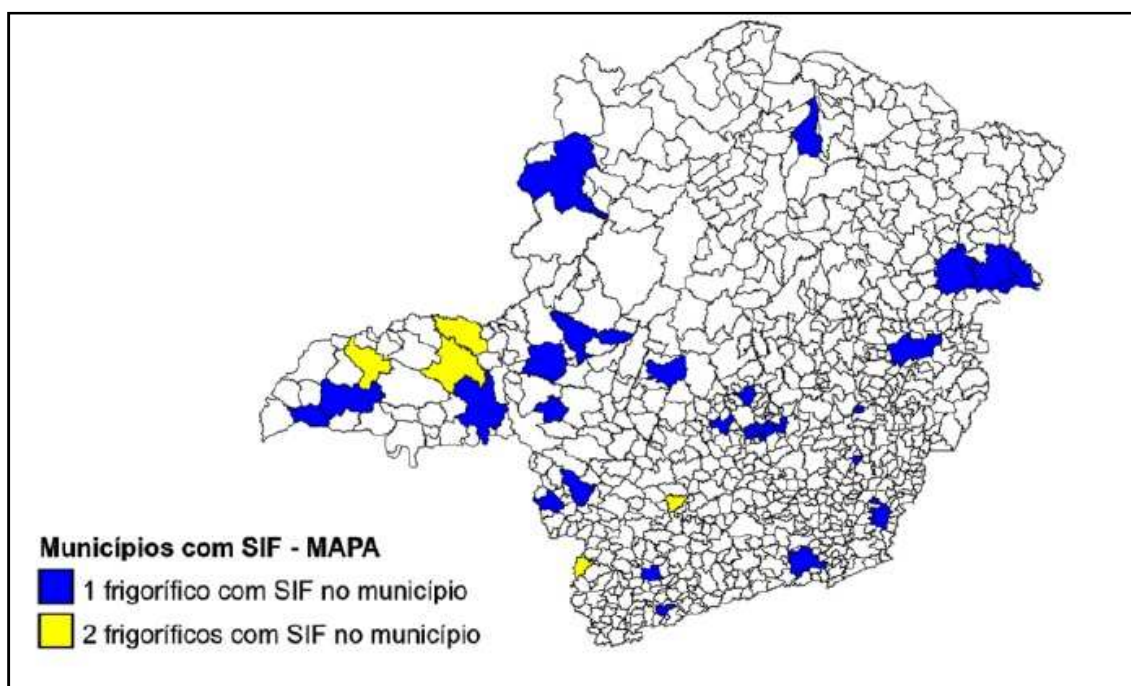


Figura 1: Frigoríficos inspecionados 2010.
Fonte: Minas Gerais, 2010.

Como pode ser observado, a região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba é a que mais possui frigoríficos instalados com SIF, com um total de 12 estabelecimentos, demonstrando, assim, a potencialidade produtiva regional.

Um fato interessante é que o programa surge no momento em que a paisagem do Triângulo Mineiro, região tradicional na criação de gado no Estado de Minas Gerais, encontra-se em meio a um processo de mudança, tanto socioeconômica quanto física, dada pelo avanço do cultivo da cana-de-açúcar em regiões ocupadas anteriormente pelo gado.

Assim, de acordo com o Relatório do Programa de 2004 a 2010, dentre os antecedentes que mobilizaram a criação do MinasCarne, destacam-se:

Minas Gerais era um grande exportador de animais “em pé” para outros Estados, principalmente para São Paulo [...]. O abate de animais fora de suas fronteiras gerava prejuízos para Minas Gerais, que perdia em arrecadação de impostos e deixava de gerar emprego e renda, entre outros benefícios. Aliado a esse fator, houve também uma alteração na paisagem rural com perdas de espaços de produção bovina para a agricultura, principalmente no Triângulo Mineiro, onde áreas anteriormente destinadas a pastagens foram ocupadas com o cultivo de cana-de-açúcar. (MINAS GERAIS, 2010, p. 05).

Segundo Cleps Jr. (2009, p. 251),

Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que, se não podemos afirmar que a cana-de-açúcar está expulsando o gado do Sudeste para a Amazônia, ao menos existe uma relação entre essas duas atividades econômicas. Enquanto a área plantada de cana cresceu de forma muito significativa em áreas de expansão da cultura, como no noroeste de São Paulo e no Triângulo Mineiro, o efetivo bovino nessas regiões diminuiu. Se comparada a evolução da cana nos anos de 2003 a 2006, a quantidade de cana-de-açúcar produzida aumentou 48% em São José do Rio Preto e 37% em Araçatuba, dados do último Censo Agropecuário. No Triângulo Mineiro, em Uberlândia houve um aumento de 13% e, em Uberaba, 99%. No mesmo período, essas duas regiões sofreram redução de seus rebanhos: São José do Rio Preto perdeu 13%, Araçatuba, 14%, Uberaba, 18% e Uberlândia, 6%.

As transformações provenientes da expansão da cana refletiram diretamente na economia da região, que passou a receber investimentos de grupos de São Paulo, como é o caso do Grupo Santa Elisa, com usinas localizadas nos municípios de Ituiutaba e

Campina Verde, e de grupos de Alagoas, a exemplo o Grupo João Lyra que, inclusive, tem sido alvo de denúncia de trabalho escravo em suas unidades localizadas no município de Ituiutaba (Usina Triálcool) e no município de Capinópolis (Usina Vale do Paranaíba). Além disso, muitos dos grupos sediados no Triângulo Mineiro também recebem investimentos estrangeiros, o que torna as atuações e as estratégias políticas do setor canavieiro ainda mais complexas.

Quando questionados sobre a expansão das lavouras de cana-de-açúcar na região, os pecuaristas entrevistados possuem respostas variadas, porém, todos concordam que, atualmente, o governo estadual e federal vem dando maiores incentivos para a produção de cana no Triângulo Mineiro. Estes incentivos aparecem por meio de políticas públicas específicas voltadas para o setor, bem como a partir de um sistema de parcerias de produção e comercialização.

Nota-se também na fala dos entrevistados que os pecuaristas que possuem maior resistência com a expansão da cana em terras triangulinas são aqueles considerados mais tradicionais, ou seja, que já realizam a atividade pecuária há algum tempo, como é o caso do entrevistado (R):

A cultura da região do Triângulo Mineiro é o gado. A nossa região foi desbravada no lombo do burro, a partir daí veio o gado. O gado predominou durante muito tempo, mais o gado de corte [...]. Ultimamente, uma questão agora que entrou, é a questão da cana-de-açúcar, que veio para região e teve uma perda de identidade dos produtores.

O temor da perda de identidade cultural, constituída durante tanto tempo pela atividade pecuária, apresenta-se como uma das principais preocupações dos criadores de gado do Triângulo Mineiro. É interessante observar que esta inquietação, na fala da maioria dos entrevistados, e sinalizada no comentário do entrevistado (R), demonstra que, para além de uma questão espacial, em que a cana ocupa regiões anteriormente destinadas à criação de gado, existe também todo um processo de construção sociocultural. Perder espaço para a cana significa também perder espaço socialmente, o que é extremamente preocupante em uma região em que grande parte das relações políticas e pessoais foi tecida a partir de um *ethos* da propriedade rural pecuarista.

Outro segmento dos pecuaristas, que podemos classificar como mais moderno, já que utiliza uma gama maior de tecnologias, possui uma relação diferente com o

agronegócio da cana. Alguns, inclusive, têm arrendado parte de suas propriedades para a produção canavieira e feito parcerias com grandes usinas, como é o caso do entrevistado (B):

Precisa parar com esse negócio de perseguição da cana-de-açúcar. Nós estamos com tudo na mão, nós temos o petróleo branco e ninguém valoriza isso. As pessoas têm que ver que a cana não é esse monstro, e não existe esse negócio das pessoas falarem “monocultura”, não existe monocultura, ninguém vai ficar mexendo só com cana. A cana arruma a fazenda que está degradada e cheia de erosão, ou seja, para se plantar a cana tem que arrumar a terra.

O entrevistado (B) possui propriedades rurais no Estado do Mato Grosso e no Triângulo Mineiro. Em todas elas, além da pecuária de corte, existe também a produção de cana-de-açúcar, já que, atualmente, ainda segundo o entrevistado, os incentivos governamentais e as políticas agrícolas se encontram voltadas para esse setor. Mesmo se inserindo agora no contexto de produção de cana, os pecuaristas entrevistados não consideram a possibilidade de abandonar a criação de gado e se dedicar apenas ao plantio de cana-de-açúcar ou de qualquer outro tipo de cultura. Para eles, ser pecuarista é uma tradição que deve ser mantida e passada de geração em geração.

Mesmo a atividade canavieira tendo se expandido territorialmente em Minas Gerais e, principalmente, na região Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, a partir de dados do Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA) contidos no Relatório Anual do Programa MinasCarne, entre os anos de 2004 e 2010, houve um pequeno aumento no total de número de cabeças na região, passando de 7.430 para 7.488, como mostra as figuras 2 e 3.

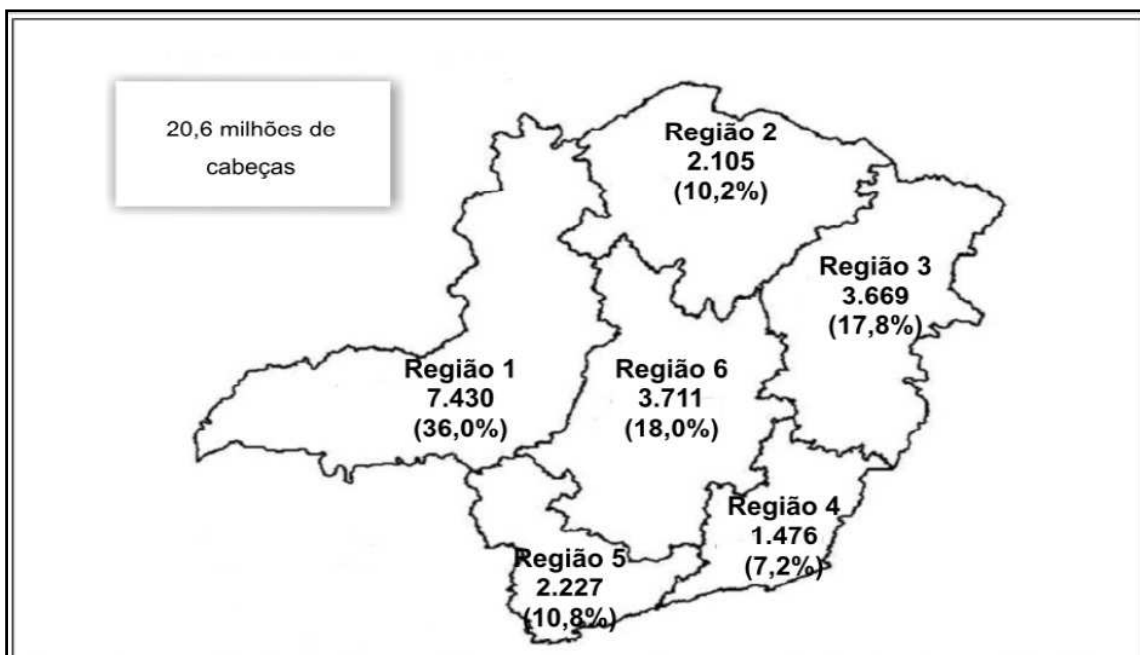


Figura 2: Distribuição do efetivo bovino de Minas Gerais por mesorregião (2004)
 Fonte: Instituto Mineiro de Agropecuária apud Minas Gerais, 2010.

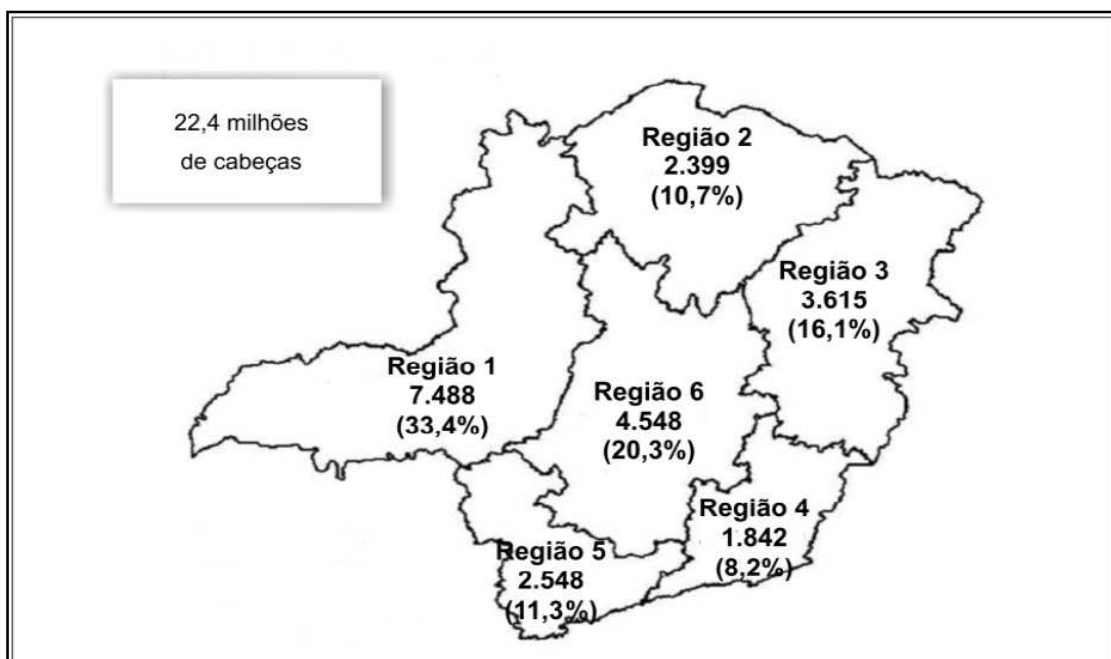


Figura 3: Distribuição do efetivo bovino de Minas Gerais por mesorregião (2010)
 Fonte: Instituto Mineiro de Agropecuária apud Minas Gerais, 2010.

Verifica-se também um aumento no rebanho em quase todas as outras regiões do Estado, o que demonstra que a atividade pecuária ainda se mantém em movimento de expansão produtiva na região no período analisado, de 2004 a 2010. Não é possível afirmar que o aumento no número do rebanho do Estado tenha ocorrido em virtude do

Programa MinasCarne, porém, o que se verifica é que o surgimento de políticas e programas voltados para o setor tem colaborado para a manutenção da pecuária na região.

O que se pôde verificar na pesquisa de campo e na fala dos pecuaristas entrevistados é que a pecuária passou por um processo de melhoramento produtivo. Com a expansão dos canaviais no território mineiro, a pecuária se viu em meio a uma necessidade de modernização, que se refletiu com o melhoramento genético de seus rebanhos e com a produção intensiva, utilizando um menor espaço para criação de mais animais. Segundo o entrevistado (J):

A agricultura tem recursos maiores, recursos subsidiados, que é o caso das usinas de cana, recurso a fundo perdido, que muito dificilmente tem para o pecuarista. Então, hoje a gente só sobrevive na pecuária porque a gente tem a alternativa através da pecuária de elite, da produção de genética. [...] Se a pessoa quiser sobreviver da pecuária, ela precisa investir em melhoramento genético, em melhoria da produtividade e em intensificação da produção.

Como mencionado anteriormente, um dos objetivos específicos do Programa é justamente a melhoria da qualidade e dos índices de produtividade do rebanho mineiro. Desta forma, em 2007, foi criado, em parceria com o MinasCarne, o Programa Pró-Genética, com o objetivo de estimular e auxiliar no melhoramento genético do rebanho bovino do Estado.

2.3.2.1. Programa de Melhoria da Qualidade Genética do Rebanho Bovino do Estado de Minas Gerais (Pró-Genética) e Programa de Organização e Gestão da Pecuária Bovina em Minas Gerais (Propec)

O melhoramento genético, tanto do gado de corte quanto do gado leiteiro, é um dos pilares que sustenta o agronegócio da pecuária no Triângulo Mineiro. Por meio de cruzamentos selecionados, realizados por grandes empresas de genética sediadas principalmente no município de Uberaba, hoje considerado o berço da genética bovina do país, houve um aumento considerável na produtividade na região e, conseqüentemente, melhor aproveitamento da área destinada à criação de bovinos.

O investimento em tecnologia tornou-se indispensável para que a pecuária permanecesse uma das principais atividades econômicas do Triângulo Mineiro, segundo o relato do entrevistado (O):

À medida que o tempo vai passando, a pecuária vai se dirigindo para regiões mais novas como, por exemplo, Mato Grosso, Pará, Mato Grosso do Sul. Com isso, o gado foi migrando. O que ficou em Uberaba foi uma pecuária altamente qualificada de elite [...]. Aqui se tornou uma grande vitrine, aqui tem chácaras, tem centrais de inseminação, ou seja, aqui tem a tecnologia do zebu.

Como o próprio entrevistado (O) mencionou, a região do Triângulo Mineiro tornou-se uma verdadeira vitrine da pecuária de elite brasileira. Tal fator fez com que o Pró-Genética desenvolvesse parcerias com organizações pecuaristas com sede na região, como a Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ), Associação dos Criadores de Girolando, Associação Brasileira dos Criadores de Gir Leiteiro (ABCGIL) e Associação Mineira dos Criadores de Zebu (AMCZ), além dos Sindicatos de Produtores Rurais.

Percebe-se nitidamente que o Programa não inclui parcerias com movimentos sociais atuantes na região, ou mesmo com assentamentos rurais do Estado. Mesmo salientando em seu relatório quanto à importância dos investimentos para o pequeno produtor rural, o Pró-Genética atende basicamente aos produtores associados a entidades cujo perfil é de grandes proprietários.

A metodologia do Programa compreende a comercialização de touros selecionados geneticamente em todo o Estado de Minas. A compra/venda do animal é realizada em feiras promovidas pelo Programa que, entre os anos de 2006 e 2009, atingiu o número de mais de 1.300 animais comercializados.

Outro ponto relevante do Programa se dá quanto à origem do crédito para financiamento da melhora genética do rebanho, que é proveniente do Banco do Nordeste, Banco do Brasil e Crediminas. Segundo dados do Relatório (MINAS GERAIS, 2010, p. 34), “o recurso financeiro médio por touro foi de R\$3,5 mil, gerando um total aproximado de R\$ 4,76 milhões”, o que demonstra claramente um bom retorno financeiro.

No mesmo período de criação do Pró-Genética, surge, também aliado ao Programa MinasCarne, o Programa de Organização e Gestão da Pecuária Bovina em Minas Gerais, o Propec.

Com objetivos muito semelhantes ao Pró-Genética, o Propec busca melhorar a estratégia de cruzamento bovino, com a utilização de animais da raça zebuína, destinados tanto para a pecuária de corte quanto para a pecuária leiteira. Assim, por meio do programa, são criados plantéis de animais com uma genética selecionada, o que é atrativo produtivamente e comercialmente, pois viabiliza uma produção contínua, garantindo, assim, a reposição do rebanho. O modelo proposto pode ser visualizado de acordo com o diagrama 1, a seguir:

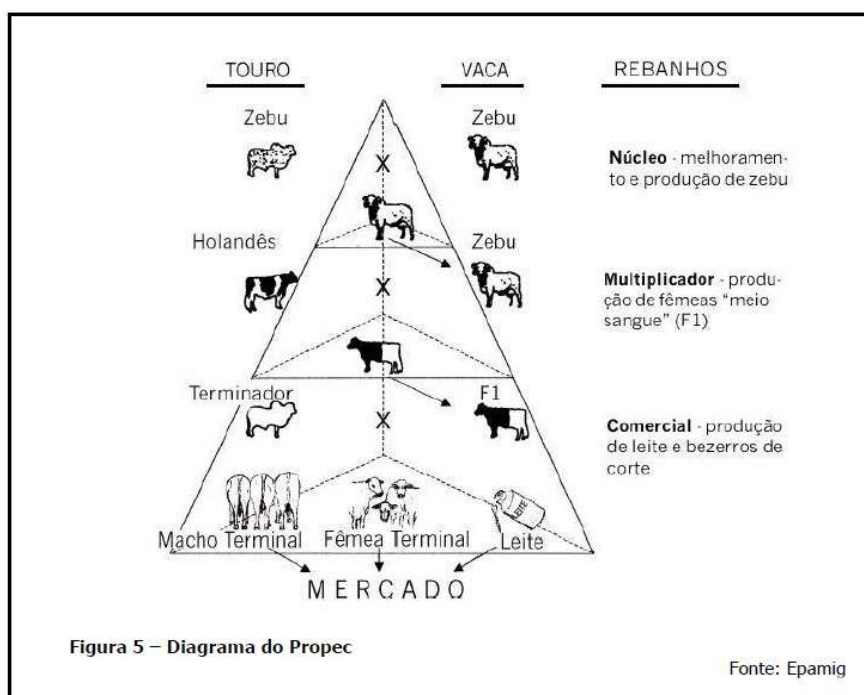


Diagrama 1: Produção de bovinos através do Propec
 Fonte: Minas Gerais, 2010

O Propec, com sua metodologia de atuação, tende a estimular a competitividade do rebanho mineiro que passa por um processo, como já mencionado, de intensificação produtiva. A partir de um cruzamento com fins específicos, torna-se possível uma produção continuada e com uma padronização do perfil do animal, colaborando para a possibilidade do produtor manter contratos fixos a médio e longo prazo com agroindústrias e empresas do setor.

Os programas e projetos aqui mencionados demonstram um novo perfil que a atividade pecuarista vem assumindo, desde a década de 1990 até os dias atuais, na mesorregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. A intensificação ou implementação de práticas mais modernas aliadas ao agronegócio da carne bovina é, sem dúvida, uma das grandes características da pecuária mineira.

Porém, o que se questiona neste trabalho é o perfil dos pecuaristas que acessam aqueles projetos. Não é possível afirmar que o pequeno e médio produtor/criador foram efetivamente contemplados e inseridos na lógica de comercialização da carne bovina. O que se verificou, a partir da pesquisa nos relatórios anuais dos programas e também a partir do trabalho de campo realizado na região, foi que, mesmo com o surgimento de tais políticas, o pequeno produtor ainda se encontra à margem do processo de modernização e, até mesmo, excluído das associações de criadores de gado, espaços que mantêm parcerias diretas com os programas, já que, para se filiar a tais instituições é necessário um cadastramento de animais e pagamento de uma anuidade que, muitas vezes, encontra-se aquém das possibilidades do produtor/criador.

Os projetos relatados surgem como formas de tentar assegurar a produção bovina no Estado e acabam, direta ou indiretamente, colaborando também para a manutenção de todas as relações políticas, de poder e econômicas que a pecuária possui com a região.

Quanto ao número de frigoríficos localizados na região, os pecuaristas entrevistados alegam ainda estar aquém da demanda regional, fazendo com que isto influencie diretamente no preço do animal. Segundo o entrevistado (B), pecuarista, vereador do município de Uberaba e membro da ABCZ, “hoje, a maior preocupação do pecuarista é o monopólio dos frigoríficos”.

Neste sentido, as políticas e programas criados entre os anos de 1990 a 2010, voltados para a criação de gado, detiveram-se, em grande parte, na alteração do modo de produção. Por meio de investimentos volumosos em tecnologia de ponta para o melhoramento e aumento de toda cadeia produtiva, o país conseguiu aumentar suas exportações e, no caso do Estado de Minas Gerais, possibilitar o investimento em uma pecuária de elite, considerada por muitos pecuaristas como a “vitrine” do gado

brasileiro. Segundo Delgado (2009), as políticas adotadas naquele período são resultado de um projeto neoliberal em curso.

Uma das manifestações fundamentais do projeto neoliberal em relação ao rural e à agricultura, em particular, foi o incentivo, através de políticas públicas e de outras benesses governamentais, ao aumento da produção para a exportação, de modo a viabilizar a obtenção contínua de superávits crescentes na balança comercial, tendo em vista a exigência de gerir a conta de transações correntes do balanço de pagamentos do país. (DELGADO, 2009, p. 26).

Além disto, uma das frentes de atuação dos programas mencionados, principalmente do Programa Estadual de Apoio à Produção de Novilho Precoce, é a de estreitar ainda mais os laços entre a indústria e o criador, característica marcante da lógica do agronegócio adotado no território nacional, a partir da década de 1990.

CAPÍTULO 3 – NOVAS FORMAS, VELHOS PRECEITOS: AS CONFIGURAÇÕES DE INTERESSES E AS RELAÇÕES DE PODER DO AGRONEGÓCIO DO GADO NO TRIÂNGULO MINEIRO

3.1. Agronegócio, território e desenvolvimento

A clara adoção de políticas neoliberais no Brasil, a partir de 1990, cuja principal característica se atém a uma intervenção cada vez menor do Estado nas relações econômicas, sociais e de produção, acentuou no campo uma maior liberdade de articulação e dominação da elite agrária, atingindo, de maneira direta, o pequeno agricultor e a agricultura familiar, que se veem, cada vez mais, comprimidos pelo agronegócio e suas formas de articulação, relação e produção.

Esta pesquisa parte de uma análise de agronegócio que vai além da definição dada por Davis e Goldberg (1957), na qual seria a somatória total das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas; das operações de produção nas unidades agrícolas; do armazenamento; o processamento e a distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos com eles. Optou-se metodologicamente pelo entendimento de agronegócio como ampliação do conceito de latifúndio que, para além da terra, também concentra tecnologia e políticas de crédito e desenvolvimento, e vem se expandindo e aumentando o controle sobre o território e suas relações sociais e políticas. Ou seja, pensar em agronegócio nesta pesquisa é também compreender o que se apresenta para além da produção agropecuária proveniente desta atividade, considerando seus efeitos territoriais, sociais e políticos.

Para tanto, é importante refletirmos sobre onde e como surge o agronegócio. Segundo Almeida (2008), o agronegócio não é algo novo, seu ideário é fruto da Revolução Verde ou Modernização da Agricultura, como alguns denominam. Neste sentido, a perspectiva da originalidade do *agribusiness* é que ele se configura como uma categoria que se apresenta como homogeneizadora, ou seja, que tende a agregar em um

único conceito todas as atividades relacionadas ao campo, inserindo assim novos atores e identidades.

Heredia, Palmeira e Leite (2010) afirmam que outra característica marcante do agronegócio está relacionada ao fato das exportações exercerem um papel determinante nesta atividade, diferentemente do que ocorria na “agricultura moderna” e nos complexos agroindustriais (CAI). Os autores também destacam que

O gerenciamento de um negócio que envolve muito mais que uma planta industrial ou um conjunto de unidades agrícolas é uma das tônicas da ideia de “agronegócio”. [...] mesmo que as grandes propriedades sejam uma marca das atividades rurais do “agronegócio”, a referência à propriedade territorial desaparece das formulações de seus técnicos e há até quem tente, no plano ideal dos projetos, associá-la com perspectivas favoráveis aos pequenos produtores. (Ibid., p. 3).

Assim, por meio da expansão do agronegócio no campo brasileiro e, em especial, na mesorregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, temos o surgimento de várias territorialidades dentro de um mesmo território em disputa, sendo que a agricultura familiar e os pequenos produtores em geral, ao mesmo tempo em que se apresentam como pontos de resistência, também se destacam como novos alvos do modelo adotado pelo *agribusiness*. Este se baseia, resumidamente, na lógica da exportação, produtivismo e lucro que, além de expandir suas fronteiras de produção agrícola, também amplia sua lógica de reprodução econômica e social.

Neste caso, entende-se territorialidade como sendo “um fenômeno social, que envolve indivíduos que fazem parte de grupos interagidos entre si, mediados pelo território; mediações que mudam no tempo e no espaço” (SAQUET, 2010, p. 115).

Na atual fase capitalista, as alterações nas formas e nas relações de produção tendem a se intensificar, tornando-se cada vez mais aceleradas. Neste contexto, o território surge como grande alvo de disputa, o que leva a um debate sobre suas conseqüentes redefinições conceitual. Segundo Paulino e Fabrini (2008),

Considerando que não é o princípio da acumulação simples, mas o da acumulação ampliada a força motriz deste modo de produção, o que supõe uma avidez progressiva sobre quaisquer bens passíveis de converterem-se em mercadorias, atentar para a ordenação do território ganha relevância ímpar, porque é este que comporta as ações de produção, circulação e consumo, o tripé da valorização capitalista

culmina na apropriação desigual da riqueza socialmente produzida. (PAULINO; FABRINI 2008, p .214).

Principalmente a partir da adoção do modelo neoliberal adotado no Brasil claramente a partir da década de 1990, o conceito de território vem ganhando novas formas e funções, sendo, inclusive, utilizado como uma ferramenta no controle social frente aos interesses do capital financeiro das multi e transnacionais. Porém, o que deve ser destacado é que o território é formado por vários agentes modificadores e transformadores deste espaço. No entanto, estes agentes são sufocados e privados de seus direitos de organização e reprodução, já que a tomada de decisões se dá de forma unilateral, imersa em uma política neoliberal tendenciosa e atenta às demandas de um setor econômico específico e dominante.

É necessário que se pense o território em toda a sua complexidade, buscando compreender os diversos interesses que acabam por gerar disputas e divergências tanto de caráter conceitual quanto político e social, que permeiam as atividades do agronegócio.

No caso da monocultura, por exemplo, o território do agronegócio expande suas fronteiras e atinge, cada vez mais, regiões, ecossistemas e pequenos agricultores que têm suas propriedades cercadas por extensas plantações de soja e cana-de-açúcar, não tendo alternativa que não arrendar suas terras. Sendo assim, privados de seus direitos de escolha, autogerenciamento de produção ou até coagidos a venderem seus lotes para grandes empresas. Esta inserção se dá pautada nas novas relações econômicas que a agricultura camponesa assume.

Neste contexto, a palavra “desenvolvimento” é retomada no discurso do agronegócio, sendo este termo fortemente associado com dinâmica produtiva e crescimento econômico. É necessário destacar que, já há algum tempo, pesquisadores como Delfim Netto (1969) e Francisco Graziano (1999) defendiam a ideia de que uma estrutura agrária concentrada não pode ser caracterizada como obstáculo para o desenvolvimento econômico brasileiro. Tal debate tomou corpo principalmente a partir das formulações da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), que teve o economista brasileiro Celso Furtado dentre seus principais integrantes.

Com um esforço de captar em seus trabalhos as especificidades das sociedades latino-americanas, principalmente no que tange suas diferenças de ordem estrutural, econômica, política e, sobretudo, social em relação ao modelo europeu e norte-americano, a CEPAL realizou pesquisas que vieram a interferir diretamente na realidade desses países, inovando e propondo alternativas e vias de desenvolvimento até então negligenciadas.

Para Furtado, um dos grandes impasses ao processo de desenvolvimento tinha como base a dualidade entre moderno e atrasado que perpassava os setores urbano-industrial e rural-agrícola. A respeito disto, Ramos (2007, p. 29) aponta para “a impossibilidade de um país atingir o desenvolvimento se ficasse dependente da exportação de bens primários, vale dizer, de alimentos e de matérias primas agropecuárias e minerais”.

Neste sentido, vale destacar que, para Furtado, a estrutura fundiária, altamente concentradora, refletia na inelasticidade dos produtos agrícolas frente a uma demanda industrial e urbana, o que contribuiria de maneira negativa ao processo de industrialização. Assim, como resposta a este diagnóstico, e pela intensificação da deterioração dos termos de troca, propõem-se mudanças de viés estrutural, como a necessidade de uma reforma agrária que atendesse tanto do ponto de vista distributivo quanto produtivo. Portanto, podemos concluir que o cerne da problemática da esfera rural-agrícola no caso brasileiro está marcado pelo dualismo interno ao setor, pautado em uma raiz latifundiária de base exportadora e extensiva, com uma agricultura de subsistência minifundiária e itinerante.

Já em uma análise mais recente (a partir da década de 1990), Furtado considera como impasse ao desenvolvimento fatores que emergiam e se destacavam no período, como o endividamento externo provocado ao longo dos anos, atrelado à noção de “potência emergente”, o que faz com que parte do que deveria ser investido no país fosse destinado ao pagamento da dívida, comprometendo de maneira significativa as economias latino-americanas, como no Brasil; a ascensão do modelo neoliberal pautado na alteração do papel do Estado na economia e nas relações sociais e, por fim, a mudança cada vez maior dos padrões do consumo devido ao processo de globalização e homogeneização social que reflete diretamente no processo industrialização destes. Assim, de acordo com ele,

[...] a maior preocupação industrial local é a de apresentar um artigo similar ao importado e adotar métodos de produção que o habilitem a competir com o importador. Assim sendo, os processos produtivos que se afiguram mais vantajosos são aqueles que permitem reproduzir com exatidão os artigos importados, e não os que facilitam a transformação da estrutura econômica pela absorção do setor de subsistência. (FURTADO, 2002, p. 31).

A geração destas dicotomias no estabelecimento de padrões de desenvolvimento é materializada na desigualdade social que é refletida, sobretudo, na produção de alimentos. Desta forma, partindo do pressuposto que desenvolvimento não pode ser confundido com crescimento econômico, Celso Furtado defende que o legítimo desenvolvimento depende de projetos voltados a atingir a equidade social e econômica da população tanto na cidade quanto no campo.

No modelo de desenvolvimento econômico adotado no Brasil desde a década de 1970, à agricultura e pecuária cabe:

(1) produção excedentária de alimentos e de matérias-primas em quantidades e preços adequados; 2) liberação de força de trabalho; 3) transferências de recursos/capital; 4) geração de divisas; 5) criação de mercado para os produtos industriais. (RAMOS, 1999, p.91).

Assim, é possível tirar um indicativo de que o agronegócio no Brasil é também fruto de relações de interesses de uma elite agrária que foi se transformando de acordo com as novas lógicas e exigências da economia mundial de mercado. No caso do Triângulo Mineiro, tais formas refletem diretamente na organização do espaço regional bem como na estruturação da sociedade, que carrega, desde sua concepção enquanto território nacional até os dias de hoje, uma importante presença e participação política dos grandes proprietários e empresários agropecuários.

3.2. As organizações patronais do Triângulo Mineiro: a Sociedade Rural do Triângulo Mineiro (SRTM) e a Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ)

No ano de 1964, já durante o período do Regime Militar brasileiro, uma das principais medidas do governo em relação à questão agrária foi a proposta de

implantação de um projeto de reforma agrária e de desenvolvimento/crescimento agrícola, cuja base se apoiava no Estatuto da Terra (BRASIL, 1964).

O projeto, criado no governo de Castello Branco, tinha como principal objetivo combater o latifúndio improdutivo, visto como um atraso para o avanço da modernização e desenvolvimento industrial do campo. Porém, o projeto aparece no momento em que a luta pela terra já se encontrava solidificada em alguns Estados brasileiros por meio, principalmente, das Ligas Camponesas no Nordeste.

Neste sentido, a reforma agrária proposta vinha a atender duas necessidades da época: transformar o latifúndio improdutivo em um latifúndio moderno e ligado à indústria e amenizar os conflitos por terra, como destaca Bruno (1997),

O Estatuto da Terra aparece então como instrumento de intervenção do Estado em dois níveis: a reforma agrária e o desenvolvimento agrícola. Em sua essência, o perfil de reforma explicitado no texto do ET é o projeto de modernização do latifúndio. É a proposta para forçar os setores mais retrógrados a se modernizarem. (BRUNO, 1997, p. 43).

Tendo suas propriedades ameaçadas, visto que o Estatuto previa constitucionalmente a desapropriação das terras que não estavam cumprindo com suas funções produtivas e sociais mediante o pagamento em títulos da dívida pública, os grandes latifundiários, dentre eles os pecuaristas, se organizam enquanto classe e produzem o Manifesto dos Ruralistas, defendendo o direito à propriedade rural e privada e negando qualquer tipo de reforma que viesse por parte do Estado.

Naquele momento, o poderio econômico e político dos ruralistas fez calar a proposta de reforma agrária iniciada. Encontrando apoio de uma ala mais radical do governo, os latifundiários conseguiram modificar o texto do Estatuto, garantindo, assim, seus direitos assegurados. Bruno (1997) destaca que

O governo recuou em seus objetivos reformistas. As declarações oficiais já não mais indicavam a redistribuição de terras como medida prioritária para a solução dos problemas da agricultura. “Desapropriação e redistribuição só em situações excepcionais”. Por outro lado, as instituições de política agrária não conseguiram implementar nem mesmo as diretrizes básicas definidas em projeto e ganharam espaço na grande imprensa as declarações de elogio à sensatez do governo. (BRUNO, 1997, p. 45).

No lugar de uma política que propunha a redistribuição de terras no Brasil, ganham espaço as políticas de apoio à grande propriedade, com acesso a créditos,

assistência técnica especializada e incentivos à utilização de fertilizantes e adubos químicos. Desta forma, mantinha-se o domínio da propriedade rural pelos grandes ruralistas e se desenvolvia o capitalismo modernizante no campo.

Não coincidentemente, durante o período de criação e aprovação do Estatuto da Terra, várias entidades, sindicatos patronais e associações emergiram em todo o país. Mais do que um esforço em modificar o texto original do Estatuto, a organização dos latifundiários e também dos pecuaristas reorientou o debate pela reforma agrária no país, criticando e hostilizando qualquer forma de resistência vinda dos camponeses da época e tendo como grande aliada a imprensa de uma forma geral.

Desta maneira, as organizações patronais surgem em um momento político emblemático no nosso país, em que a aprovação de um Estatuto provocaria não apenas uma reorganização do campo brasileiro, mas também uma reestruturação política, na medida em que esbarraria em relações de poder historicamente construídas, em territórios em que o domínio político ainda se concentrava, em grande medida, nas mãos de grandes proprietários de terras.

Assim, a organização dos ruralistas por meio de entidades patronais que visam à defesa dos interesses de seus membros é uma das grandes armas de manutenção do poder da classe como um todo. Mesmo tendo uma diversidade quanto às formas de arranjo institucional, como sindicatos, associações e até mesmo movimentos, o que se percebe é que existe a valorização de um discurso homogeneizante, que mobiliza e unifica a luta pelos interesses de toda classe. Tal fato colabora para que as entidades patronais assumam posturas similares em sua maneira de agir e reagir diante das circunstâncias, acabando por unificar seus interesses e objetivos. Essa espécie de fusão que ocorre entre as entidades patronais é, em grande parte, facilitada pelo fato de possuírem membros associados em comum, ou seja, ruralistas que participam ativamente de mais de um tipo de organização ou entidade. Isso ocorre principalmente entre os pecuaristas, que além da participação em Sindicatos Rurais, também se filiam a associações direcionadas especificamente para criadores de gado.

No âmbito nacional, uma das principais entidades que representa os pecuaristas é a Associação Brasileira dos Criadores de Zebu, a ABCZ, que possui sede no município de Uberaba, Triângulo Mineiro.

A ABCZ surge em 1967, com a difusão da antiga Sociedade Rural do Triângulo Mineiro, a SRTM, criada em julho de 1934, que tinha como principal objetivo “trabalhar pelo progresso da lavoura, da criação e de indústrias e afins” (LOPES; REZENDE, 2001, p. 64). A logomarca da sociedade tinha como ênfase um triângulo central com a cabeça de um gado zebu, que representava o Triângulo Mineiro. Deste símbolo saíam duas linhas curvas que simbolizavam Minas Gerais.



O Triângulo representa a região do Triângulo Mineiro. Dele saem duas linhas curvas que simbolizam Minas (para muitos, a própria cabeça do zebu). Este logotipo só foi registrado, oficialmente, em 1970.

Foto 1: Logotipo da SRTM.
Fonte: Lopes e Rezende (2001, p. 65).

Durante sua vigência, que vai de 1934 até 1967, a SRTM foi responsável pela articulação entre os grandes pecuaristas do Triângulo Mineiro e o Governo Federal. Reuniões, jantares e leilões oferecidos pelos ruralistas da região eram frequentados pelo alto escalão do poder público da época.

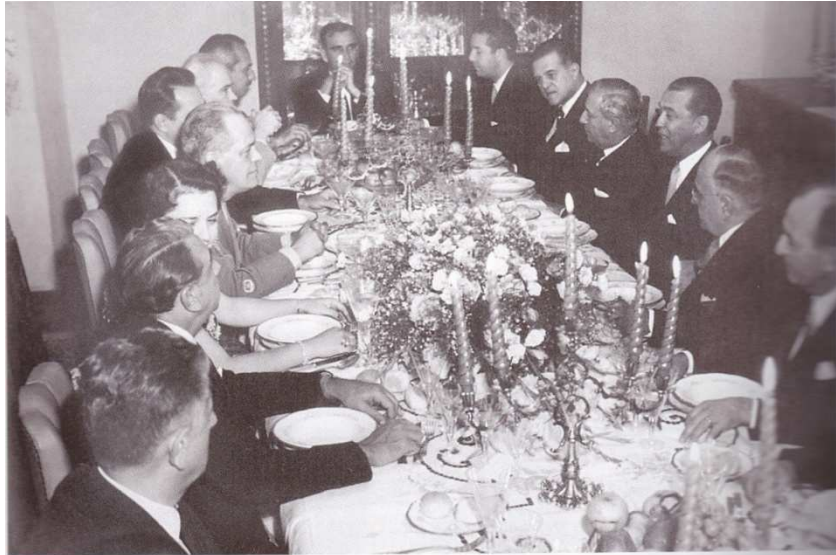


Foto 2: Jantar na casa do Presidente da SRTM oferecido às autoridades com a presença do Presidente Getúlio Vargas e do Governador Juscelino Kubitschek.
Fonte: Lopes e Rezende (2001, p. 65)

Um dos mais importantes posicionamentos adotados pela SRTM em defesa da classe ruralista e do direito à propriedade ocorre entre os anos de 1963 e 1964, período em que a reforma agrária era discutida no Congresso Brasileiro no âmbito das Reformas de Base. Durante uma feira de exposição de gado em Uberaba, no ano de 1963 (Foto 3), o presidente da Sociedade Rural do Triângulo Mineiro, Antônio José Lourenço Borges, fez um discurso que

[...] **Exigiu** do Presidente da República, João Goulart, presente ao evento, uma definição em torno da política de Reforma Agrária, alegando a intranquilidade em que vivia o proprietário rural e apresentando sugestões sobre o projeto de Reforma Agrária que satisfaria as classes proprietárias. (LOPES e REZENDE, 2001, p. 81, grifo das autoras).



Foto 3: Presidente da SRTM discursando durante a exposição de 1963, com a presença do Presidente João Goulart.
Fonte: Lopes e Rezende (2001, p. 117).

Não obstante, devido a ameaças de ocupação de terras não produtivas no Triângulo, a Sociedade convoca, em 1964, uma reunião com todos os fazendeiros do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Como resultado da reunião, foi criado e endereçado ao Presidente da República, aos militares e ao Congresso Nacional um manifesto intitulado “Manifesto dos Fazendeiros”, que declarava:

Temos dado ao país o mais vivo exemplo de ordem e de trabalho e continuaremos a fazê-lo até o último momento. As constantes ameaças de invasão de propriedades têm trazido intranquilidade, perturbando a paz necessária ao trabalho que realizamos. Esta situação nos obrigou a tomar a decisão inabalável de defender a sobrevivência da democracia ameaçada neste país pela agitação criminosa de uma minoria que tenta, a todo custo, destruir tudo que para nós significa Paz, Liberdade e Justiça. Na defesa dessas prerrogativas, estamos dispostos a ir às últimas consequências, com sacrifício mesmo de nossas próprias vidas. Manifestamos assim os nossos propósitos de repelir à altura toda e qualquer tentativa de invasão de qualquer propriedade. (Manifesto dos Fazendeiros, 1964, apud Lopes e Rezende, 2001, p. 82).

Também como resposta à proposta de reforma agrária, a Sociedade organizou a criação de comissões que visavam a defesa da propriedade privada e o combate ao comunismo, que mais tarde se consolida com o nome de Liga Anticomunista.

Com o Golpe Militar de 1964 apoiado pelos ruralistas, os membros da sociedade rural nutrem grandes expectativas de que suas aspirações se concretizem. Porém, o Estatuto da Terra, proposto logo no início da ditadura militar, gera plena insatisfação da classe. Em assembleia da SRTM, o presidente da organização comunica aos membros que “é gravíssima a situação da classe ruralista nacional, considerando que, a Revolução que ela mesma provocou volta-se, neste momento, contra ela” (livro de atas SRTM n. 5, 12 de julho de 1964, apud Lopes e Rezende, 2001, p. 82).

Mais uma vez fica claro o posicionamento político dos membros da SRTM, além de sua influência na tomada de decisões a nível nacional. A pressão por mudanças significativas no texto do Estatuto da Terra, provocada em grande parte por pecuaristas do Triângulo Mineiro, fez com que o governo retrocedesse na proposta e não avançasse na reforma agrária.

É nestes moldes que é criada a ABCZ, em 1967. A partir de incentivos do governo Castello Branco em transformar antigas organizações e sociedades rurais em

sindicatos patronais, a SRTM se dissolveu, dando origem assim ao Sindicato Rural de Uberaba, uma entidade autônoma e à Associação Brasileira dos Criadores de Zebu, responsável por organizar os principais criadores de gado em âmbito nacional e de possuir a exclusividade no serviço de registro genealógico das raças de origem zebuína no Brasil. Desta forma, todo gado do tipo zebu, que hoje compõe mais de 80% do rebanho brasileiro, é registrado pela entidade.

Segundo Lopes e Rezende (2001, p. 132),

Algumas características podem ser observadas em todas as administrações da ABCZ: ser itinerante, participativa, marcar presença nas mais significativas promoções do setor, manter contato direto com órgãos governamentais, associações internacionais e com criadores, conscientizar-se da necessidade de conhecer a realidade das diferentes regiões do Brasil, a fim de poder influenciar, com conhecimento de causa, os rumos da política pecuária brasileira.

Em torno da ABCZ, a classe pecuarista se mantém unida e capaz de se organizar com mais solidez, já que reúne criadores de todo Brasil. Tendo como um dos seus principais focos a manutenção da influência política especialmente no que tange os rumos da pecuária, a entidade gerou novas expectativas de atuação para o patronato rural.

3.3. A criação da União Democrática Ruralista (UDR) e a mobilização na região

O período da ditadura militar de 1964 a 1978 foi marcado, no âmbito da questão agrária, por incessantes repressões aos camponeses e suas lutas. O Estatuto da Terra então aprovado, depois de várias alterações, acabou assumindo como um de seus objetivos específicos a função de reter os conflitos latifundiários e de desarticular a luta pela terra no Brasil. Todo tipo de organização e de construção política, social e territorial que os trabalhadores rurais sem-terra vinham desenvolvendo até aquele momento foram reprimidas e perseguidas durante a ditadura.

Mesmo sofrendo a represália do regime ditatorial, nasceu, em 1975, a Comissão Pastoral da Terra, criada pela Igreja Católica com o compromisso de ajudar as comunidades rurais. Já em 1979, começou a se formar na região sul do país o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), articulando as grandes experiências de ocupações da terra no Brasil.

Com o fim da ditadura militar e logo no início do seu mandato, em 1986, o então Presidente da República José Sarney criou o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD) e também elaborou um plano que retomava o Estatuto da Terra e visava, em sua íntegra, a redemocratização da distribuição da terra no país. Este plano ficou conhecido como Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Segundo Stédile (2005),

O PNRA buscava, a princípio, atender às demandas sociais mais urgentes no âmbito rural, visando a desapropriação que permitisse o assentamento de trabalhadores sem-terra nas áreas de maior potencial de conflito do país, sobretudo no Norte - Pará e Maranhão – e o Nordeste. Sintomaticamente, no entanto, os mais virulentos ataques ao PNRA partiram – para surpresa de seus idealizadores – não de latifundiários “tradicionais”, mas justamente de São Paulo, capitaneando outros Estados “desenvolvidos” do Sul e Sudeste. (STÉDILE, 2005, p. 92).

Além da redemocratização do acesso e distribuição de terra, o plano estabelecia metas de longo, médio e curto prazo quanto à extensão das áreas a serem desapropriadas e o número de famílias a serem assentadas propondo, assim, a fixação de zonas prioritárias de reforma agrária em todo território brasileiro.

Porém, diante de pressões contrárias à reforma agrária, o PNRA, como ocorrido nas propostas anteriores, sofreu alterações significativas, dificultando parte do processo de desapropriação. Segundo pesquisa realizada por Ranieri (2003, p. 13), “o número de beneficiários de projetos de Reforma Agrária no final do governo Sarney (1990) não atingiu 10% da meta inicial”.

Naquele momento, os ruralistas contrários às propostas apresentadas pelo PNRA conseguiram o apoio de grupos ligados à indústria, como a Alcoa Alumínio S.A. e a Associação Brasileira da Indústria Electro-Eletrônica, além de sindicatos, cooperativas e empresas agrícolas, para a desmobilização do plano (BRUNO, 1997).

Neste contexto, os pecuaristas se apresentam como um dos grupos mais bem organizados e fiéis defensores das grandes extensões de terras improdutivas.

É importante ressaltar que desde o início as vozes dos pecuaristas já se faziam ouvir. Ora defendendo a legitimidade da manutenção das terras improdutivas, ora afirmando taxativamente a inexistência de terras ociosas em suas mãos, todos se posicionaram contra a proposta do PNRA e contra o governo, que estaria discriminando claramente a pecuária no Brasil. (BRUNO, 1997, p. 49).

Já mobilizados no âmbito da ABCZ, os pecuaristas se configuravam como uma classe unida, em que seus membros possuíam tanto um posicionamento quanto um discurso bem afiados quanto à defesa da propriedade rural.

Em 1985, como reflexo e em resposta aos acontecimentos narrados, é criada a UDR (União Democrática Ruralista), que surge com o objetivo claro de defender os interesses dos grandes proprietários rurais.

Plínio Junqueira Junior e Ronaldo Caiado foram os principais articuladores para a formação da entidade, segundo Bruno (1997, p. 51) “A maior identidade entre os dois consistia na visão sobre a inevitabilidade da violência e na identificação do inimigo comum: a Igreja progressista e o Movimento Sem-Terra”.

Em Minas Gerais, a UDR teve grande apoio e adesão dos membros da ABCZ, tanto que alguns pecuaristas da região do Triângulo Mineiro não só fizeram parte da diretoria da União como também foram os responsáveis pela expansão de unidades da UDR por todo Estado, promovendo leilões e divulgando a necessidade de organização e defesa das propriedades.

Em 1984, nós fundamos a UDR de Minas Gerais, a UDR nacional já estava sendo formada também. Eu fui eleito o presidente da UDR de Minas Gerais e fundei UDR por esse Estado inteiro, inclusive dentro da Universidade Federal de Viçosa, eu fundei a UDR jovem ali [...]. Não foi Belo Horizonte que veio fundar nós, foi o Triângulo Mineiro que foi até Belo horizonte fundar a UDR lá, foi a gente do Triângulo que puxou a UDR no Estado, tanto que nós giramos esse Estado inteiro, eu te cito Viçosa, Belo Horizonte, Almenara, Três Corações, Montes Claros, Governador Valadares, Alfenas, Leopoldina... Aí fui eleito vice-presidente da UDR nacional. (Entrevistado (U), outubro de 2012).

Como demonstrado, a mobilização e a participação dos pecuaristas de Minas Gerais e, especialmente, do Triângulo Mineiro, foram decisivas para o avanço da UDR

no Brasil. Ao mesmo tempo em que surgiam novas unidades da entidade no território mineiro, os interesses dos pecuaristas iam ganhando cada vez mais visibilidade. Especialmente em cidades pequenas cuja principal atividade econômica estava baseada na pecuária, os interesses dos pecuaristas acabavam “se confundindo” com os interesses de toda a sociedade local. Isso fez com que os ruralistas reafirmassem mais uma vez seu poderio político regional.

A participação dos pecuaristas na base da UDR foi tão importante que grande parte dos recursos utilizados para financiar a entidade veio dos leilões de gado realizados, na maioria das vezes, nos pátios da ABCZ de Uberaba. Além disto, os leilões também serviram como espaços de formação política e de definições de estratégias de atuação, visto que nestas ocasiões se reuniam os principais pecuaristas do Brasil.

Em entrevista à revista **O zebu no Brasil**, o então presidente da ABCZ e membro da UDR, Newton Camargo Araújo, diz sobre o PNRA:

O que nós vemos é uma marginalização do produtor rural de hoje, uma vez que nas 67 páginas [...] que possui o PNRA, em uma linha sequer foi mencionado o produtor rural que seria o contemplado, pois vem sacrificado há muito tempo e está produzindo dentro de condições adversas e mesmo assim, respondendo a esta meta do governo. (ARAÚJO, 1985 apud LOPES; REZENDE, 2001, p.190).

É muito comum nas falas dos pecuaristas e membros da UDR um tom de que os mesmos são vítimas dos projetos e planos governamentais. Justo eles, que sempre se colocaram enquanto engrenagens motoras da economia e do desenvolvimento brasileiro se colocam em uma situação de marginalizados e capazes de tomar qualquer decisão que venha a defender seus interesses.

3.4. A aliança entre a UDR e a ABCZ

Formadas pelo patronato rural, a UDR e a ABCZ possuem em seu quadro geral de membros grande similaridade. Assim, o posicionamento que ambas as entidades assumem se complementam ao mesmo tempo em que se confundem. A UDR foi

formada com grande apoio da associação dos criadores de gado, assim, falar em uma das organizações necessariamente remete à linha de atuação da outra.

A similaridade desses posicionamentos é evidenciada quando se trata da questão agrária brasileira, sendo as duas organizações completamente desfavoráveis a um projeto que ameace a grande propriedade rural por meio de desapropriações, como mostra o discurso do então presidente da ABCZ, João Gilberto da Cunha, também membro da UDR, no momento de sua posse em 1988:

O povo não aceita mais explicações simplistas, é preciso que o governo adote uma política firme, austera, severa e honesta. [...] se persistirem as condições atuais, o desespero da nação irá levá-la mais uma vez às soluções revolucionárias. (Informativo ABCZ, 1988apud LOPES; REZENDE, 2001, p. 190).

Na fala de João Gilberto Cunha está elucidada a possibilidade de um novo golpe de Estado. Ao mencionar “soluções revolucionárias”, caso o governo brasileiro não tomasse atitudes severas quanto às ocupações que iam criando corpo nas propriedades rurais em todo Brasil e em especial no Triângulo Mineiro, onde a concentração fundiária atingia níveis bastante elevados.

Ademais, uma postura bastante comum entre os representantes das duas entidades é a forma como são tratadas as ocupações de terras. Em seus discursos é comum perceber o uso do signo “invasão”, percebe-se o cunho ideológico nesta forma de materialização do discurso, sendo comum encontrar o relato de uma mesma experiência por meio de palavras com sentidos ideológicos diferentes, como é o caso da utilização do termo invasão para caracterizar a ação dos movimentos sociais de luta pela terra, ao invés de ocupação.

As ações da ABCZ em parceria com a UDR acarretam, em 1985, a formação de um Comitê de Legislação Rural, que tinha como objetivo oferecer uma espécie de consultoria aos órgãos do governo competentes na elaboração das políticas públicas agrícolas e na legislação rural brasileira. Pode-se dizer que esse comitê foi criado com a intenção de legitimar a atuação dos ruralistas e pecuaristas na formação das políticas públicas que estavam sendo elaboradas naquele momento.

Além do Comitê de Legislação Rural, no ano seguinte, em 1986, foi criada a Frente Ampla da Agropecuária Brasileira, na qual a participação das duas entidades

mais uma vez foi determinante. Dentre os pontos levantados, destacaram-se as modificações do Regulamento Interno da Comissão Agrária, a revisão dos processos de desapropriação e o recadastramento dos produtores rurais pelo INCRA.

Durante a década de 1980, algumas entidades patronais mantiveram-se sólidas e, por meio de seus atos e movimentos, conseguiram barrar várias tentativas de estabelecer ou concretizar uma reforma agrária no país. Em 1989, durante a abertura de uma feira agropecuária no município de Uberaba, foi lido um documento intitulado “Carta Democrática” que, posteriormente, foi encaminhado para o então Governador de Minas Gerais, Newton Cardoso, ao Ministro da Justiça, Oscar Correia Dias e ao Ministro da Agricultura, Íris Rezende. Dentre os pontos tratados na Carta, segue o seguinte trecho:

Reunidos no Conselho Diretivo da ABCZ, representantes da agropecuária de 21 Estados brasileiros analisaram a preocupante situação do país e decidiram proclamar: que o governo é o maior responsável pelo descrédito político e institucional vigentes, com graves riscos decorrentes; que a frustração e revolta popular está seguidamente apontada [...] nas greves, na perturbação da ordem e na violência urbana; que este clima é propício ao crescimento das ideologias radicais importadas, que surgem revestidas da capa de democracia [...], não esqueçamos Cuba, Nicarágua e África; que a sucessão presidencial nos obriga ao posicionamento atual, sob pena de omissão. Neste sentido declaram: o setor repudia as ideologias que pregam a luta de classes [...], não podem ser votados ou credenciados candidatos cuja atuação mostre vínculos com a radicalização [...]. Que o governo e as forças armadas se empenhem para que a ordem e os direitos civis sejam energicamente respeitados. (Carta Democrática, 1989, apud LOPES; REZENDE, 2001, p. 192).

Assim, até as eleições federais de 1990, a ABCZ, juntamente com a UDR e outros movimentos representativos do patronato rural, esteve claramente empenhada em combater as ações promovidas pelos movimentos socioterritoriais. Para tanto, fez uso de várias ferramentas que iam desde a elaboração e encaminhamento de cartas e documentos para órgãos federais e estaduais, nas quais expunham abertamente seus respectivos posicionamentos frente à reforma agrária e toda questão agrária brasileira, até ameaças e coerções feitas durante feiras agropecuárias e leilões de grande porte, a maioria deles realizada no Triângulo Mineiro. A região se tornou, assim, o pivô do encontro do patronato rural e das manifestações de seu poderio. Neste sentido, sua influência regional reafirmou seus domínios políticos, ideológicos e econômicos a nível nacional.

Nas eleições de 1989, a UDR lança a candidatura de Ronaldo Caiado à Presidência da República. A reintegração dos laços de fidelidade para com a classe ao qual pertencem fica clara com o depoimento do entrevistado (U), à época, vice-presidente da UDR, ao contar sobre sua influência e participação política nas eleições de 1989,

Você ouviu falar no Ronaldo Caiado? Viajamos muito juntos e nos hospedávamos no mesmo quarto quando estávamos viajando. [...] Aí lançamos a candidatura do Ronaldo Caiado pra Presidente da República. Nós fizemos uma pesquisa e o perfil do Presidente que o brasileiro queria era o perfil do Ronaldo Caiado. Tanto que o presidente eleito naquela hora foi um de perfil semelhante [...]. Ronaldo Caiado e Fernando Collor têm um perfil semelhante, eu considero. Modéstia à parte, a candidatura do Ronaldo Caiado ficou ao meu encargo. [...] Lançamos a candidatura do Ronaldo à Presidência da República em Uberlândia. (Entrevistado (U), entrevista outubro de 2012).

O fato do lançamento da candidatura do Ronaldo Caiado, então presidente da UDR nacional, para a Presidência da República ter ocorrido em Uberlândia, no Triângulo Mineiro, não é por acaso. Além da notória representatividade da região na agropecuária brasileira, o Triângulo Mineiro é considerado um grande curral eleitoral das elites agrárias.

Mesmo não tendo seu candidato eleito, a UDR e a ABCZ, retomam seus “laços tradicionais” com o governo, e em discurso feito na presença do então Presidente Collor, em mais um dos seus leilões, clama por “justiça social” e retoma o tema da questão agrária como “indústria das invasões”.

Cartas, declarações, comitês e reuniões com representantes da classe continuaram sendo realizadas e divulgadas durante toda a década de 1990. Porém, o que marca a atuação dessas entidades durante o período é a frequência com que são manifestados os desapontamentos referentes às políticas de desapropriação. Assim, a bandeira principal levantada no período é a aprovação do Projeto de Lei 2.041/96, que “suspende a vistoria nas propriedades invadidas pelo prazo de um ano” após a cessação da invasão, bem como determinar a proibição de se proceder à vistoria em áreas invadidas.

A insatisfação e a organização dos ruralistas à época era tamanha que, em 1997, foi criado o Movimento Nacional dos Produtores (MNP), como relata outro entrevistado:

MNP, Movimento Nacional dos Produtores, fui eu que fiz aqui em Uberaba. Nós pegamos, juntamente com a CNA, promovemos um simpósio grande aqui, convidamos todos os presidentes das confederações do Brasil inteiro da CNA, todos os presidentes dos sindicatos, fizemos um movimento grande e, a partir desse movimento, surgiu o Movimento Nacional dos Produtores, que era um movimento... não digo parecido com a UDR, porque a UDR já tinha praticamente parado, mas um movimento pra cuidar da reforma agrária, pra cuidar das invasões sem muito radicalismo. Foi bom enquanto durou. Foi uma alerta que nós soltamos. (Entrevistado (O) em entrevista, outubro de 2012).

Com o lema “Lei, Ordem e Paz no Campo”, o MNP, durante a Expozebu de 1997, lança seu manifesto ao Presidente da República Fernando Henrique Cardoso que, no ano seguinte, aprova a Medida Provisória de 12/06/98, determinando que as fazendas invadidas não seriam passíveis de vistoria pelo INCRA.



Foto 4: Manifestação do MNP contra as invasões de terra.
Fonte: Lopes e Rezende (2001, p. 194).

Dentre as ações do MNP, destacaram-se cursos oferecidos para o grande produtor rural sobre como deveria ser preenchido o cadastro de imóvel rural, tentando, desta maneira, driblar a Constituição Federal e proteger as fazendas não-produtivas de uma possível desapropriação.

A repercussão do movimento levou, em 2000, à criação de uma Comissão de Fiscalização e Controle dos Procedimentos Administrativos do INCRA, que incentivava a instalação de audiências públicas para o controle do órgão. Ou seja, um órgão público federal é controlado e apurado justamente por aqueles que possuem o maior interesse em desarticular todo o processo de desapropriação.

3.5. O agronegócio do gado e suas manifestações no território triangulino

A região do Triângulo Mineiro, desde o processo histórico de formação colonial, carrega traços marcantes de uma sociedade cujos princípios culturais, de organização e de territorialização encontram-se fortemente arraigados nas atividades agropecuárias.

Caio Prado Jr. ressalta em sua análise questões de um passado, geradas também a partir da agropecuária, para sugerir algumas continuidades em questões do presente. Entre estas abordagens estão a economia agroexportadora; a escravidão moderna e a família patriarcal, órgão fundamental do domínio rural e da sociedade colonial, ainda presente na atualidade. Para o autor,

Aquilo que a colonização realizara, aquele “organismo social completo e distinto” constituído no período anterior, começa a se transformar, seja por força própria, seja pela intervenção de novos fatores estranhos. É então o presente que se prepara, nosso presente dos dias que correm. Mas este novo processo histórico se dilata, se arrasta até hoje. E ainda não chegou a seu termo. É por isso que para compreender o Brasil contemporâneo precisamos ir tão longe. (PRADO JR., 1997, p. 10).

Neste sentido, Caio Prado Jr. tece a rede entre passado e presente, em uma frágil acepção evolutiva, devido ao entrelace entre períodos da história. O autor identifica estruturas geradas pelos interesses econômicos e políticos das elites dominadoras, que estão intrincadas não só em seu presente, mas em todos os momentos da formação social brasileira, gerando certa continuidade de atuação, que se estende até a atualidade, como verificado no interior de Minas Gerais.

É importante assinalar neste contexto de desigualdade econômica e social, que o “coronelismo” instituiu práticas ou modos de ação que favoreceram o fortalecimento político das elites locais, proporcionando a elas a possibilidade de articular uma rede de “troca de proveitos” com o poder público de outras instâncias.

Apesar do poder já acumulado, devido em grande parte à concentração de renda, estes chefes locais necessitaram e ainda necessitam da população para programarem sua rede de aliados, já que, em um sistema representativo, o direito ao voto direto é inquestionavelmente o cerne do sistema. Por serem preponderantes para a manutenção do poder político, os votos dos eleitores municipais são revertidos pelas elites locais em

“moeda de troca”. Estas se valem da condição de dependência na qual se encontra a maior parte da população pobre rural e, a partir da consolidação do imaginário que ajusta a ideia do “senhor” a do “benfeitor”, estabelece um forte poder de coerção quanto às escolhas políticas feitas pelos eleitores.

No Triângulo Mineiro, a figura do coronel ainda é uma marca presente na política regional e na fala da população ao se referir aos grandes agropecuaristas como os “coronéis municipais”. Cidades como Uberlândia, Uberaba, Ituiutaba e Patrocínio possuem em seus quadros políticos grandes produtores rurais e pecuaristas premiados.

Nas eleições de 2012, houve uma pequena mudança no perfil político regional. No município de Uberlândia, pela primeira vez, um prefeito do Partido dos Trabalhadores (PT) foi eleito. Até então, naquele município, assim como na maior parte da região, o prefeito era sempre alguém ligado às atividades agropecuárias de grande porte.

Há de se reconhecer que, até hoje, a eficiência do poder político regional da elite agrária é forte. Por isso, a eleição do prefeito Gilmar Machado em Uberlândia é bastante emblemática. [...] Na eleição da Dilma, o Aécio Neves, no dia da morte de seu pai, deixou o caixão e veio até aqui para passar umas horas do dia junto com o Governador, para pensar os rumos da campanha [...]. (Entrevistado (C), outubro 2012).

Porém, o caso de Uberlândia não pode ser considerado uma nova lógica política regional. Desde o final da década de 1980, a elite agrária tradicional vem assumindo um discurso modernizador e empreendedor, tentando rebater, assim, a ideia de um setor atrasado e antigo no que tange as atividades econômicas a ele relacionadas. Porém, esse discurso também adquire uma importância chave no âmbito político, realizando mudanças significativas no processo de conquista de poder. Desta maneira, é possível compreender que, para além de uma alteração no caráter político do discurso, a “variante” modernizadora também foi crucial no modelo de desenvolvimento econômico que passou a ter a região.

Diferentemente do processo de ocupação anterior, caracterizado principalmente pela expansão horizontal – ou seja, pelo crescimento extensivo da agricultura dentro de requisitos tecnológicos incipientes e até mesmo primitivos –, o novo processo de incorporação de terras agricultáveis de cerrado ao sistema produtivo introduz no seu bojo a “variante modernizadora”, que basicamente preconiza a urgência de se

promover também a expansão vertical da fronteira. (SALIM, 1996, p.302).

No Triângulo, o que se percebe é que as relações de poder estão extremamente atreladas tanto à posição econômica do mandatário quanto à identidade territorial marcante, e a população busca nos candidatos um vínculo com a tradição econômica e cultural da região.

Tal fato fica evidente a partir da realização do trabalho de campo. Ao agendar as entrevistas com os pecuaristas, o fato de ser uma pessoa “do lugar” facilitou o acesso às informações. Ademais, em cada entrevista, os pecuaristas faziam questão de demonstrar suas redes de contatos no poder político, indicando nomes importantes para a pesquisa como um todo.

Assim, é possível afirmar que mesmo com o processo de modernização e urbanização que marcou as cidades localizadas no Triângulo Mineiro, principalmente a partir de 1990, com a expansão de um novo modelo e padrão de desenvolvimento das atividades agropecuárias e industriais, os pilares de sustentação do poder político e econômico da tradicional elite agrária, representada muitas vezes na figura do coronel, não foram totalmente abalados.

No caso do Triângulo Mineiro em específico, a proximidade com o Estado de São Paulo foi determinante no processo de transformação e adaptação do discurso e posicionamento político da elite agrária regional, diferentemente do que ocorreu com parte da região Nordeste, em que o processo de industrialização, posterior ao ocorrido no Centro-sul, manteve, por mais tempo, o poder baseado no coronelismo oligárquico tradicional⁷.

É evidente que as manifestações de poder são alteradas, mas o que deve ficar claro é que as mesmas não se perdem ou desaparecem, apenas se transformam e se adaptam de acordo com a realidade local.

Mesmo assim, apesar das novas manifestações de poder, que envolvem tanto aspectos culturais quanto a inserção de um discurso modernizante, ainda há traços

⁷ Ver Lemenhe (1995).

marcantes do tradicionalismo coronelístico que, em grande parte, é traduzido em ações agressivas e repressoras por parte dos grandes criadores de gado.

A UDR foi uma frente criada para defender o produtor, porque nós estávamos sendo invadidos. As pessoas não respeitavam mais o produtor, a CUT financiava para que invadisse qualquer fazenda, mas hoje as leis mudaram. Hoje você não pode invadir uma fazenda produtiva, mas mesmo assim invadem. Você viu, destruíram laboratórios, laranjais... Eu, por exemplo, se entrar um cara desses na minha fazenda, ele não sai vivo de lá de jeito nenhum, eu estou lá para defender a minha propriedade. (Entrevistado (B), outubro de 2012).

Como mostra trechos das entrevistas, qualquer tipo de ameaça ao poder historicamente constituído pelos pecuaristas na região do Triângulo Mineiro e à propriedade privada de latifúndios ainda é duramente combatida. Tal combate é realizado tanto no jogo de forças políticas quanto no uso da agressividade, poderes que também são historicamente constituídos e que ainda se encontram legitimados na região.

Segundo Leal (1997), a nova configuração estabelecida por uma economia de mercado dinâmica faz com que se intensifique a política de compromisso entre o poder privado e público; entre coronéis e oligarquias e entre os chefes locais e políticos estaduais. Tal configuração pode ser entendida, no caso do Triângulo Mineiro, como uma das novas formas das elites pecuaristas se manterem no poder político e se inserirem de forma ativa e determinante na economia de mercado, realizando parcerias com empresas multi e transnacionais.

Hoje, nós exportamos muito pra Venezuela que deve ser, atualmente, o maior comprador do Brasil. Vendemos também pro Egito, vendemos muito pra Rússia [...] mas isso ainda está se abrindo. Nós temos um setor na ABCZ que se chama Setor de Relações Internacionais. [...] Todos os países que você vê zebu é originário do Brasil. Todo ano tem uma reunião internacional realizada aqui que se chama Fizebu (Federação Internacional de Zebu) de onde vêm os presidentes das associações da classe para discutir [...]. (Entrevistado (O), outubro de 2012)

Toda mobilização expressa no teor das políticas públicas e dos programas setoriais de desenvolvimento voltados para tornar a região do Triângulo Mineiro uma das principais produtoras agropecuárias do país se refletiu em uma crescente especulação imobiliária e fundiária local.

[...] a expansão das atividades do agronegócio nas fronteiras agrícolas, associadas ao incremento de investimentos estrangeiros, tiveram como resultado um forte processo de valorização dos preços das terras. Esse incremento compromete a situação de diversos segmentos que, diante desse quadro, viram-se forçados a realizar deslocamentos em direção a áreas mais distantes, tornando a questão do acesso à terra e ao território bem mais complexa. (SAUER; LEITE, 2012, s. p.).

Com isto, tradicionais pecuaristas da região são levados a investir em regiões de “novas fronteiras” agrícolas, localizadas principalmente no norte do país. Porém, mesmo transferindo parte de seus investimentos e criadouros para outras regiões, os pecuaristas ainda mantêm suas fazendas no Triângulo Mineiro, voltadas, agora, para um modelo intensivo de produção e, no caso do específico do gado, para a criação de novilhos *premium*.

Com a utilização de ferramentas modernas e com apoio de um capital estrangeiro, pode-se dizer que os pecuaristas do Triângulo Mineiro se veem como agentes de um duplo processo em que desenvolvem, ao mesmo tempo, uma posição tradicional de poder e participam ativamente na industrialização e internacionalização do setor.

Existe também a tendência da reprodução do poder nas “novas regiões de fronteira”, por meio da organização e tomada de poder da classe pecuarista nos sindicatos de produtores rurais e na construção de novas sedes de associações de criadores de gado. No caso do Pará, por exemplo, há uma filial da ABCZ em que o presidente é o filho de um tradicional pecuarista do Triângulo Mineiro.

A partir de uma perspectiva weberiana, neste caso mencionado, o exercício da dominação assume um caráter pessoal que se circunscreve a um território em específico. A expansão da área de criação de gado para regiões geograficamente mais distantes do Triângulo Mineiro, como o sul do Pará, não ocorre apenas na dimensão econômica e produtiva, mas também na dimensão política e de poder, ou seja, ao se expandir territorialmente, os pecuaristas mineiros também expandem suas redes de contato e influência política e tendem a reproduzir, nestes “novos territórios”, relações parecidas das desenvolvidas em seus territórios de origem.

Desta maneira, a partir da perspectiva weberiana e pensando no caso dos pecuaristas no Triângulo Mineiro, o tradicional reside no controle de grupos exclusivos

sobre um espaço físico e institucional determinados, assim, a concentração do capital assume também a dimensão espacial/territorial.

3.6. Percepções de um território em disputa: A ABCZ e a elite pecuária no Triângulo Mineiro

O agronegócio do gado no Brasil se configura como grande alvo de investimentos internacionais, tendo a região do Triângulo Mineiro e, principalmente, o município de Uberaba, como polo de tecnologia e inovação. Porém, mais do que receber investimentos, a pecuária de elite localizada na região se tornou referência para toda a América Latina, que tem a ABCZ como modelo de associação e organização da classe pecuarista.

Em sua sede em Uberaba, a Associação Brasileira de Criadores de Zebu possui um enorme arsenal de documentos e registros, que vão desde atas das primeiras reuniões da associação até vídeos com depoimentos dos principais pecuaristas do Brasil (Foto 5).



Foto 5: Arquivo ABCZ
Fonte: Souza, 2012

A preocupação em manter viva a história dos “heróis e pioneiros” criadores de gado do Triângulo culminou na edição de vários livros, dentre eles o “História e Estórias da ABCZ”, que tenta traduzir todo o orgulho de ser um “zebuzeiro”, além do Museu do Zebu, aberto à visitação. O público-alvo do museu são alunos do ensino básico e fundamental, pois, segundo depoimento de membros da diretoria da Associação, é fundamental que se faça o marketing da carne e do leite com as crianças, futuro mercado consumidor.

O próprio espaço físico da ABCZ demonstra seu poder político e econômico na região. Todo registro de gado zebu no Brasil é realizado pela Associação, que conta com cerca de 15,4 milhões de registros genealógicos e mais de 20 mil associados. Além disto, é também na sede da Associação que acontecem os principais leilões e feiras pecuárias do Brasil, onde são recebidas visitas de pecuaristas do mundo todo. Para tanto, a ABCZ conta com uma enorme infraestrutura, apoio e patrocínio de várias multinacionais do agronegócio, como a Alta Genetics e a ABS Pecplan, demonstrando como a relação entre capital internacional, grandes empresas e produtor tem se fortalecido, ou seja, apesar do tradicionalismo que a atividade pecuária ainda sustenta, os laços com empresas internacionais se estreitam cada vez mais (Fotos 6 e 7).



Foto 6: Vista de cima da ABCZ.
Fonte: www.abcz.com.br



Foto 7: *Stands* de empresas no pátio de negociações ABCZ.
Fonte: Souza, 2012

O que pode ser observado no caso do agronegócio do gado é que, diferentemente do que acontece em outras atividades, como na cana-de-açúcar - em que há uma notória despersonalização em todo processo econômico - a partir do momento em que ocorre a entrada das agroindústrias e a modernização das atividades agrícolas, a tecnologia na pecuária se apresenta não para desmontar ou questionar o poder e a imagem da velha elite agrária, mas, sim, como uma ferramenta de reafirmação deste grupo.

É interessante também observar a necessidade da diretoria da Associação em ressaltar a preocupação ambiental por trás de todo o processo produtivo da cadeia. Frases como “nossa missão é contribuir para o desenvolvimento sustentável da carne e do leite” e “temos uma pecuária moderna, competitiva e sustentável”, são comuns no discurso da diretoria. Porém, quando isso é tratado particularmente, nas entrevistas com os pecuaristas, observa-se uma distância entre as práticas cotidianas dos criadores entrevistados e os pronunciamentos da própria instituição que os representa. A palavra sustentabilidade, neste sentido, parece ser tratada como parte de um discurso de disputa ideológica, que sempre teve a pecuária como uma das grandes atividades responsáveis pelo desmatamento e como um nicho de mercado em aberto, onde produtos que levam a marca “sustentável” ganham novo público consumidor, ampliando a margem de lucro.

Todo esse cuidado em criar uma imagem de moderno em um setor que durante tanto tempo foi visto como atrasado e arcaico se reflete na venda do boi de elite.

Animais que chegam a custar mais de 1 milhão de reais são tratados pelos melhores veterinários e zootecnistas da região. No caso das fêmeas, as que possuem prêmios e são julgadas como “vacas especiais” nunca ficam grávidas, para isso existem vacas que cumprem a função de barrigas de aluguel. Alguns touros, após ganharem vários prêmios, acabam se tornando famosos e “assinando” marcas de roupas e acessórios, como é o caso do Boi Chumbinho, que inclusive possui conta no *Facebook*.

Entretanto, enquanto um boi bebe água mineral, seu tratador geralmente possui péssimas condições de trabalho. Um boi de elite tem aposentadoria, o peão não. É na pecuária que se encontra um dos maiores índices de trabalho escravo no Brasil, segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego. Em uma das entrevistas realizada com um dos donos das principais marcas de gado do Brasil (VR), o pecuarista e dono de vários animais premiados, o entrevistado (O), ressalta que as leis trabalhistas e os “benefícios” que dela advém têm burocratizado muito relações que, antigamente, eram tidas como normais. Essa supervalorização de um animal está demonstrada em toda parte. Há fotografias e cabeças empalhadas de gados premiados espalhadas nos escritórios dos criadores e na própria sede da ABCZ, onde, na sala de café dos funcionários está exposta uma fotografia de um boi tomando água nas mãos de um trabalhador (Foto 8).



Foto 8: Imagem na sala de café dos funcionários da ABCZ.
Fonte: SOUZA, 2012

Além de fotografias dos animais de maior estima, troféus e medalhas de participação nas maiores feiras pecuárias do Brasil, os criadores entrevistados também fazem questão de colocarem na parede de seus escritórios e de suas casas imagens dos animais ao lado de políticos importantes, como presidentes da república e senadores. Na entrada da sede do Sindicato Rural de Ituiutaba há uma grande fotografia da Senadora Kátia Abreu que, segundo todos os entrevistados, vem se mostrando uma figura de extrema importância na defesa dos interesses da classe agropecuarista.

Vale destacar que tal prática de exibir fotografias de políticos influentes nas paredes também se estende aos locais frequentados pela classe, como uma espécie de demarcação sócio-territorial. Como exemplo, pode ser citada a Lanchonete Café Central, em Uberlândia, que possui um enorme painel com a foto de vários “cidadãos ilustres” do município, principalmente de políticos (vereadores, prefeitos, deputados) que são agropecuaristas e defendem, em seus mandatos, a propriedade privada rural. Ainda hoje, em Ituiutaba, existe um bar, localizado no centro da cidade, visitado pelos principais pecuaristas da região, desde a década de 1960, onde são negociadas compra e venda de animais.

A necessidade de reprodução da “cultura da pecuária”⁸ na região do Triângulo Mineiro fica evidente na fala dos entrevistados. Mas, o que os grandes produtores querem dizer quando dizem que temos que valorizar a cultura do gado? Quais são os valores que estão em xeque? Durante várias décadas, as principais cidades da região foram (e ainda são) controladas politicamente por essa classe. Para Ortega (2012), a eleição de um político do Partido dos Trabalhadores para a prefeitura do município de Uberlândia pode significar, além de uma mudança política, uma perda de espaço de controle das elites agrárias.

Porém, o que se verifica *in loco* é que as relações de poder que a tradicional elite agrária estabelece regionalmente ainda estão longe de ser totalmente superadas. Tanto que, ao visitar a casa dos pecuaristas e seus escritórios de trabalho, fica nítido, nas fotos

⁸ Para além disto, o “estilo de vida rural” está enraizado culturalmente no jeito de falar, de se vestir, no gosto musical, nas roupas e veículos, como as camionetes usadas pelos habitantes do Triângulo. Mesmo em cidades já bem urbanizadas como Uberlândia, tal postura ainda se mantém muito ativa e majoritária, até mesmo entre pessoas que não possuem qualquer tipo de vínculo com o meio rural.

com membros do atual governo e reportagens sobre suas vidas em jornais de circulação nacional, que suas influências políticas vão muito além do âmbito microrregional.

É interessante observar que a falta de mão-de-obra no campo, preocupação relatada por todos os entrevistados, não é associada em nenhum momento com a mecanização e a expulsão do pequeno produtor do meio rural, expulsão esta muitas vezes promovida pelos próprios pecuaristas e latifundiários. Em relação a isto, os entrevistados apontam a esfera pública como “culpada” pela situação, já que não estimula e, tampouco, cria políticas públicas e mecanismos de valorização e incentivo à permanência do homem no campo.

Além de o Triângulo Mineiro ter sido pioneiro na criação de gado, principalmente da raça zebu, foi também a partir desta região que surgiu grande parte das mobilizações ruralistas de Minas Gerais, dentre elas, destaca-se a União Democrática Ruralista (UDR), a União de Defesa da Propriedade Rural (UDPR), o Movimento Nacional dos Produtores (MNP) e a própria Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ). Mesmo não tendo sido o eixo central das entrevistas, todos os entrevistados fizeram questão de se apresentarem como membros e participantes de, pelo menos, uma dessas entidades patronais. Neste caso, fazer parte de uma associação coloca o indivíduo em uma posição confortável para compartilhar das mesmas reflexões e crenças, por exemplo, o que se entende por movimentos sociais de luta pela terra e reforma agrária.

Ao se referir ao assassinato da missionária Dorothy Stang e do ativista Chico Mendes, um dos entrevistados disse ser necessário “fazer um limpa de vez quando”, tanto que, caso algum movimento “invadisse” sua propriedade, afirmou que muitos não sairiam vivos de lá. Outro disse que, quando um movimento entrava em uma fazenda na região do Triângulo Mineiro, o Sindicato Rural se organizava e, com ajuda policial, jogava os trabalhadores em um caminhão e os “soltava” em algum lugar, feito bichos. Como destaca Bruno (1997, p. 5),

Apesar da modernização da agricultura e da ruptura com as formas tradicionais de dominação, a construção da hegemonia burguesa, por exemplo, exige continuamente a evocação da tradição e o recurso à violência explícita. É também na tradição que as classes e grupos dominantes no campo elaboram seu discurso ideológico e suas novas práticas políticas.

Conclusões

A partir de uma análise temporal da formação territorial do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, principalmente a partir da década de 1970, com a inserção de novas técnicas ligadas às atividades agropecuárias na região promovidas, em grande parte, por projetos e políticas públicas que adotaram um viés estruturante, foi possível fazer uma análise das transformações políticas e sociais ao qual passou a região mencionada.

Verificou-se, a partir daquele período, uma diversidade de realidades e situações protagonizadas por diversos atores sociais, que passam a disputar politicamente e economicamente os mesmos espaços de interesses. Atores, historicamente constituídos, como a elite pecuária regional, se veem frente a uma série de mudanças de diversas ordens, o que exigiu daquela classe uma alteração na forma de organização e de sistematização de suas prioridades. A formação de associações e de sindicatos patronais emerge naquela época, ganhando visibilidade política e institucional não apenas a nível regional, mas, também, nacional, como o caso da ABCZ e da UDR, sendo esta criada já na década de 1980.

No mesmo período, de 1970 a 1980, as iniciativas de organização política dos trabalhadores rurais sem-terra, no bojo do processo de modernização da agricultura, tiveram grande importância na luta por acesso à terra, que aparece como uma das questões centrais da mobilização dos movimentos sociais do campo nos anos seguintes, no Estado de Minas Gerais, incluindo a mesorregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. Todo esse processo contribuiu intensamente para a formação dos primeiros assentamentos rurais na região.

Com essa confluência de fatores, novos rumos tiveram que ser tomados pela elite pecuária local para continuar a exercer politicamente, culturalmente e socialmente seu poder na região. A inserção de novos atores disputando o mesmo território fez com que a pecuária triangulina se reinventasse produtivamente, sem perder suas bases organizativas. O sinônimo de setor atrasado foi extinto, dando lugar na região a uma pecuária moderna e elitizada, mas fortemente alicerçada em relações tradicionais.

Na década de 1990, ficam evidentes os reflexos das estratégias tomadas pela elite pecuarista regional para que seu poder econômico e político fosse mantido, mesmo frente à inserção de novas atividades agrícolas no cerrado, como o caso da expansão da cana-de-açúcar.

Tais transformações não podem ser entendidas fora de um contexto nacional, em que após um período de declínio da política de crédito rural, o mesmo é retomado por meio do SNCR, entre os anos 2000 e 2010. Todavia, novas fontes de financiamentos surgem no período, como as realizadas por meio de grandes empresas de capital multi e transnacional, que também passaram a gerir e a conceder crédito para o setor primário como um todo, compondo, assim, parte dos financiamentos agropecuários.

Outro fator em destaque no que se refere à pecuária no Triângulo Mineiro são os arrendamentos realizados por usinas de cana-de-açúcar na região, englobando áreas até então destinadas à pastagem e à criação de gado. Após análise das políticas públicas voltadas para o setor da carne bovina e também por meio das entrevistas com pecuaristas realizadas durante o trabalho de campo, ficou claro que os programas criados entre 1990 e 2010 não apresentaram avanços no que diz respeito à inclusão de novas áreas, restringindo-se apenas ao aumento e escoamento da produção. Desta maneira, muitos pecuaristas, para acessar o crédito voltado para conserto e melhoramento de terras de pastagem - que pelo intenso pisoteamento do gado acabam se degradando de forma muito rápida - arrendam, por um período, suas fazendas para as usinas de cana da região, usinas estas que estão expandindo consideravelmente em todo Triângulo Mineiro.

O presente trabalho buscou contribuir para a análise dos rearranjos sócio-territoriais por que passou a região do Triângulo Mineiro, desde seu momento de formação até o presente. Para tanto, buscamos, por meio da análise da trajetória da pecuária bovina regional, traçar as novas perspectivas do agronegócio do gado. Buscou-se também compreender como as tradicionais elites enxergam as mudanças que a região vem passando, desde a década de 1990 até os dias atuais.

Desta forma, é possível concluir que, apesar dos novos arranjos e táticas adotadas pelas elites rurais na região, que despontaram, principalmente, com o surgimento do agronegócio nos últimos 30 anos, o poder político, cultural e, sobretudo, econômico, ainda se encontra altamente concentrado e arraigado na região, que se tornou a vitrine mundial de tecnologia pecuária bovina.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACÇÕES do MinasCarne reduzem abate informal. **Portal Minas**. Belo Horizonte, ago. 2010. Disponível em: <<http://www.agricultura.mg.gov.br/noticias/699>>. Acesso em: mar. 2013.

ALMEIDA, R. A. Função social da propriedade e desenvolvimento sustentável: camponeses *versus* agronegócio. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Orgs.). **Campeinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

BRANDÃO, C. A. **Triângulo: Capital Comercial, Geopolítica e Agroindústria**. 1989. Dissertação (Mestrado) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1989.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei n. 4.504**, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Brasília, DF, 1964.

BRUM, A. J. **Modernização da agricultura: trigo e soja**. Petrópolis: Vozes; Ijuí: Fidene, 1988.

BRUNO, R. **Senhores da terra, senhores da guerra: a nova face política das elites agroindustriais no Brasil**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

CHAVES, P. M. F. **Associativismo de caráter econômico e competitividade: estudo de caso do Núcleo de novilhos precoce de Minas Gerais**. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CLEPS Jr., J. Concentração de poder no Agronegócio e (des)territorialização: os impactos da expansão recente do capital sucroalcooleiro no Triângulo Mineiro. **Caminhos da Geografia**, Uberlândia, n. 31, v. 10, set. 2009.

DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, LAGEA/NERA, 2012.

DAVIS, J. H.; GOLDBERG, R. A. **A concept of Agribusiness**. Harvard University, Cambridge, 1957.

DELGADO, G. **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985**. São Paulo: Ícone, 1985.

DELGADO, N. G. **Papel e lugar do rural no desenvolvimento nacional**. Brasília: IICA/MDA/CONDRAF, 2009.

ELIAS, D. O meio técnico-científico informacional e a reorganização do espaço agrário nacional. In: MARAFON, J. G.; RUA, J.; RIBEIRO, M. A. (Orgs.)

Abordagens teórico-metodológicas em Geografia agrária. Eduerj: Rio de Janeiro, 2007.

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 8, n. 6, jan./jun. 2004.

FLEXOR, G.; LEITE, S. Análise das políticas públicas: breves considerações teórico-metodológicas. In: Fátima, E. N. et al (Orgs.). **Mundo rural IV: configuração rural-urbanas: poderes e políticas.** Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas (IPEA)**, Brasília, v. 21, p. 211-259, 1997.

GUIMARÃES, E. N. **Formação e desenvolvimento econômico do Triângulo Mineiro: integração nacional e consolidação regional.** Edufu: Uberlândia, 2010.

HALL, R.; TAYLOR, P., As três versões do neo-institucionalismo. **Lua Nova**, São Paulo, n.58, 2003.

HEREDIA, B.; PALMEIRA, M.; LEITE, S. P. Sociedade e Economia do Agronegócio no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 25, n. 74, out. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário.** Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro> Acesso em: jan., 2013.

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto: O município e o regime representativo no Brasil.** 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LEMENHE, M. A. **Família, terra e tradição: o caso dos coronéis.** São Paulo: Annablume/Edições UFC, 1995.

LOPES, M. A. L. B.; REZENDE, E. M. **ABCZ.** História e histórias. 2. ed. São Paulo: Comdesenho, 2001.

MENDONÇA, S. R. A nova hegemonia do patronato agrário brasileiro: da organização das cooperativas brasileiras à Associação Brasileira de Agribusiness. **Antítese: marxismo e cultura socialista**, Goiânia, n. 2, mai. 2006.

MINAS GERAIS (Estado). Secretaria do Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais. **Relatório do Programa MinasCarne 2004-2010.** Belo Horizonte, 2010.

MULLER, P.; SUREL, Y. **A análise das políticas públicas.** 2. ed. Pelotas: Educat, 2004.

ORTEGA, A. C. **Agronegócios e representação de interesses no Brasil**. Uberlândia: EDUFU, 2005.

PAULILLO, L. F. O. E. Sobre o desenvolvimento de localidades rurais: algumas contribuições da teoria neo-institucional. In: **XXXIX Congresso da SOBER**, Recife, v. 1, p. 230-251, 2001.

PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. Territórios em disputa e agricultura. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Orgs.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

PESSÔA, V. L. S. **Ação do Estado e as Transformações Agrárias no Cerrado das Zonas de Paracatu e Alto Paranaíba, MG**. 1988. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 1988.

PRADO Jr., C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 23 ed. São Paulo: Brasiliense, 1997.

RAMOS, P. Referencial teórico e analítico sobre agropecuária brasileira. In: Ramos, P. (Org.). **Dimensões do agronegócio brasileiro: políticas, instituições e perspectivas**. Brasília: NEAD, 2007.

RANIERI, S. B. L. Retrospecto da Reforma Agrária no mundo e no Brasil. In: SPAROVEK, G. **A qualidade dos assentamentos de Reforma Agrária brasileira**. São Paulo: Páginas & Letras, 2003.

ROCHA, C. V. Neoinstitucionalismo como modelo de análise para as políticas públicas. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 5, n. 1, p. 11-28, 2005.

SALIM, C. A. As políticas econômicas e tecnológicas para o desenvolvimento agrário das áreas de cerrados no Brasil: Avaliação e perspectivas. **Cadernos de Difusão de Tecnologia**, Brasília, v. 3, n. 2, p. 297-342, mai./ago. 1986.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SAUER, S.; LEITE, S. P. Expansão agrícola, preços e apropriação de terra por estrangeiros no Brasil. **RESR**, Piracicaba, SP, v. 50, n. 3, p. 503-524, jul./set. 2012.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul./dez., 2006.

STÉDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, v. 3, 2005.